

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO PROFISSIONAL

MARIA DAS GRAÇAS DE PAIVA BELO

**POLÍTICAS PÚBLICAS E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO:**  
memórias do Mercado de São José (1989-2021)

RECIFE  
2024

MARIA DAS GRAÇAS DE PAIVA BELO

**POLÍTICAS PÚBLICAS E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO:**  
memórias do Mercado de São José (1989-2021)

Relatório técnico para apresentação de produto à banca do Mestrado Profissional em História, da Universidade Católica de Pernambuco, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

**Linha de Pesquisa:** Sociedade, Trabalho, Cultura e Memória.

**Orientador (a):** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Cláudia de Araújo Santos

RECIFE  
2024

B452p      Belo, Maria das Graças de Paiva  
             Políticas públicas e preservação do patrimônio  
             Histórico : memórias do Mercado de São José (1989-2021)  
             Maria das Graças de Paiva Belo, 2024  
             82 f. : il.


             Orientadora: Ana Cláudio de Araújo Santos.  
             Relatório técnico (Mestrado) - Universidade Católica  
             de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em História.  
             Mestrado Profissional em História, 2024.

             1. Pernambuco - História. 2. Patrimônio cultural.  
             3. Mercado de São José (Recife, PE). 4. Historiografia.  
             5. Política pública. I. Título.

                                 CDU 981.34

                                 Luciana Vidal - CRB4/1338

Relatório técnico intitulado “**Políticas Públicas e Preservação do Patrimônio Histórico: memórias do Mercado de São José (1989-2021)**”, de autoria de Maria das Graças de Paiva Belo, aprovado pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Documento assinado digitalmente  
 ANA CLÁUDIA DE ARAÚJO SANTOS  
Data: 25/03/2024 15:13:42-0300  
Verifique em: <https://validar.jf.gov.br>

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Cláudia de Araújo Santos (Presidente da banca/Orientadora)  
Universidade Católica de Pernambuco – PPGH/UNICAP

Documento assinado digitalmente  
 AUGUSTO CESAR ACIOLY PAZ SILVA  
Data: 05/04/2024 08:28:25-0300  
Verifique em: <https://validar.jf.gov.br>

---

Prof. Dr. Augusto Cesar Acyoly Paz Silva  
Autarquia de Ensino Superior de Arcoverde – AESA/CESA

Documento assinado digitalmente  
 HELDER REMÍGIO DE AMORIM  
Data: 05/04/2024 16:50:36-0300  
Verifique em: <https://validar.jf.gov.br>

---

Prof. Dr. Helder Remigio de Amorim  
Universidade Católica de Pernambuco – PPGH/UNICAP

Documento assinado digitalmente  
 HELDER REMÍGIO DE AMORIM  
Data: 05/04/2024 16:50:36-0300  
Verifique em: <https://validar.jf.gov.br>

---

Prof. Dr. Helder Remigio de Amorim  
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em História – PPGH/CTGH/UNICAP

Data de aprovação: Recife, 22 de março de 2024

“A memória, a qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro” (LE GOFF, 2013, p. 17).

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente a Deus, criador de todo universo e que nos dá saúde e sabedoria.

À Professora Ana Cláudia pelas orientações e paciência na construção do presente trabalho. A equipe de professoras e professores do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Católica de Pernambuco por toda contribuição a minha formação acadêmica e pessoal.

Aos colegas da Turma 6 do Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em História pela alegria, amizade e força nesse caminhar acadêmico.

A todos os amigos e amigas, em especial, às TaquiStars (colegas de profissão do Departamento de Taquiografia do Tribunal de Justiça de Pernambuco) pelas boas vibrações e encorajamento no dia a dia para enfrentar os obstáculos dessa trajetória com perseverança e determinação.

Ao meu esposo e meu filho pelo acolhimento e incentivo.

A todos os meus familiares.

E a todos que contribuíram, de forma direta ou indireta, para a realização deste trabalho.

Muito obrigada!

## RESUMO

O presente relatório técnico intitulado “Políticas Públicas e Preservação do Patrimônio Histórico: memórias do Mercado de São José (1989-2021)” está relacionado com a linha de pesquisa sobre sociedade, patrimônio, arquitetura e memória, utilizando a análise iconográfica do Mercado e seu entorno. O objetivo da pesquisa foi analisar as Políticas Públicas de Preservação do Patrimônio Material, entre 1989-2021, do Mercado de São José em Recife/PE. Para atingir o objetivo geral, foram seguidos os seguintes objetivos específicos: identificar quais os instrumentos de proteção do patrimônio material, descrevendo as políticas voltadas para a preservação do patrimônio histórico do Estado de Pernambuco; compreender como são desenvolvidos os processos de valorização e de preservação do patrimônio material; contribuir para a divulgação e valorização do patrimônio histórico de Pernambuco. O estudo se justifica pela necessidade de enfatizar as modificações arquitetônicas, juntamente com a historiografia registrada, apontando a necessidade da conservação do Patrimônio Arquitetônico, a fim de trazer reconhecimento histórico e memória. As coletas de dados e análise deram subsídio à construção da narrativa histórica, na qual a natureza de seu objeto encontra-se no âmbito da pesquisa qualitativa, possuindo natureza interpretativa e subjetiva de aproximações com a epistemologia qualitativa e a metodologia construtivo-interpretativa. Assim, pretende-se trazer a compreensão sobre memória do patrimônio cultural, em descrever e explicar, através da iconografia, os registros arquitetônicos de estilo europeu, ao longo das décadas, por meio da análise de textos de historiadores referentes ao Mercado de São José. O produto será no formato de Roteiro Cultural, de forma estruturada ou através das mídias digitais, apresentando conteúdo informativo, direcionado a turistas e população em geral da Cidade do Recife, abarcando patrimônios históricos material e imaterial (não oficiais) do Bairro de São José Recife/PE, entorno, até chegar ao Mercado de São José em Recife/PE. Diante da análise das Políticas Públicas de Preservação do Patrimônio Material, entre 1989-2021, do Mercado de São José em Recife/PE e considerando a política de preservação do patrimônio existente há décadas no país, verifica-se que essas políticas são eficazes em Pernambuco.

**Palavras-chave:** Mercado Público. Políticas Públicas de Preservação. Patrimônio Arquitetônico. Historiografia.

## ABSTRACT

This technical report entitled “Public Policies and Preservation of Historical Heritage: memories of the São José Market (1989-2021) is related to the line of research on society, heritage, architecture and memory, using the iconographic analysis of the Market. fall and its surroundings. The objective of the research was to analyze the Public Policies for the Preservation of Material Heritage, between 1989-2021, of the São José Market in Recife/PE. To achieve the general objective, the following specific objectives were followed: identifying the instruments for protecting material heritage, describing the policies aimed at preserving the historical heritage of the State of Pernambuco; understand how processes for valuing and preserving material heritage are developed; contribute to the dissemination and appreciation of Pernambuco’s historical heritage. The study is justified by the need to emphasize architectural changes, together with recorded historiography, pointing out the need to conserve Architectural Heritage, in order to bring historical recognition and memory. Data collection and analysis supported the construction of the historical narrative, in which the nature of its object is within the scope of qualitative research, having an interpretative and subjective nature of approximations with qualitative epistemology and constructive methodology. interpretative. Thus, the aim is to bring understanding about the memory of cultural heritage, to describe and explain, through iconography, the architectural records of European style, over the decades, through the analysis of texts by historians referring to the São Paulo Market. José. The product will be in the format of a Cultural Guide, in a structured way or through digital media, presenting informative content, aimed at tourists and natives of the City of Recife, covering material and immaterial (unofficial) historical heritage of the neighborhood of São José Recife/PE, surroundings, until reaching the São José Market in Recife/PE. Given the analysis of Public Policies for the Preservation of Material Heritage, between 1989-2021, of the São José Market in Recife/PE and considering the heritage preservation policy that has existed for decades in the country, it appears that these policies are effective in Pernambuco.

**Keywords:** Public Market. Public Preservation Policies. Architectural Heritage. Historiography.



## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Mercado de São José em 1875.....	45
<b>Figura 2</b> - Entorno do Mercado de São José – Recife em 1905.....	45
<b>Figura 3</b> - Igreja de São Pedro dos Clérigos – Recife e Pátio do mesmo nome (1930).....	48
<b>Figura 4</b> - Igreja de São Pedro dos Clérigos – Recife/PE e Pátio do mesmo nome (2021).....	48
<b>Figura 5</b> - Beco do Veado (1940).....	49
<b>Figura 6</b> - Beco do Veado (2021).....	50
<b>Figura 7</b> - Beco do Marroquim (1940).....	50
<b>Figura 8</b> - Beco do Marroquim (2021).....	51
<b>Figura 9</b> - Mercado das Ervas (2023).....	52
<b>Figura 10</b> - Igreja do Livramento e Rua do mesmo nome– Recife (1904).....	53
<b>Figura 11</b> - Igreja do Livramento e Rua do mesmo nome – Recife (2021).....	53
<b>Figura 12</b> - Igreja Nossa Senhora da Penha (1905).....	54
<b>Figura 13</b> - Basílica Nossa Senhora da Penha, Recife-PE (2021).....	54
<b>Figura 14</b> - Retrato da vida cotidiana e agitada do entorno do Mercado de São José – Recife/PE.....	55
<b>Figura 15</b> - Retrato da sociabilidade no entorno do Mercado de São José – Recife/PE.....	56
<b>Figura 16</b> - Higienização do comércio no interior do Mercado de São José – Recife/PE 1961.....	57
<b>Figura 17</b> - Organização comercial do Mercado de São José – Recife/PE em 1961.....	57
<b>Figura 18</b> - Termo de inauguração e abertura do Mercado de São José.....	58
<b>Figura 19</b> - Cobogós de cimento em substituição às venezianas após a década de 40.....	60
<b>Figura 20</b> - Notícia do incêndio do Mercado de São José em 1989.....	61
<b>Figura 21</b> - Estruturas do Mercado de São José após sofrer um incêndio em 1989.....	61
<b>Figura 22</b> - Mercado de São José – Recife/PE (2021).....	62
<b>Figura 23</b> - Mercado de São José Recife/PE (2021).....	63

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES**

**IPHAN** - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

**SPHAN** - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

**UNESCO** - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

**PNPI** - Programa Nacional de Patrimônio Imaterial

**INCR** - Inventário Nacional de Referências Culturais

**DPI** - Departamento do Patrimônio Imaterial

**INDL** - Inventário Nacional da Diversidade Linguística

**RFFSA** - Rede Ferroviária Federal SA

**DNIT** - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

**PPCM** - Política de Patrimônio Cultural Material

**ICMBio** - Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade

**Geopol/UFRJ** - Grupo de Estudos e Pesquisas em Política e Território

**Repep** - Rede Paulista de Educação Patrimonial

**Csurb** - Autarquia de Serviços Urbanos do Recife

**OEA** - Organização dos Estados Americanos

**ALEPE** – Assembleia Legislativa de Pernambuco

**PPSH** - O Plano de Preservação do Patrimônio Cultural do Recife

**ZEPH** - Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural

**FUNDARPE** - A Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco

**PCH** - Programa de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste

**ZEPH** - Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2 TRAJETÓRIA METODOLÓGICA.....</b>	<b>17</b>
<b>3 INSTRUMENTOS PARA PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO MATERIAL ARQUITÔNICO.....</b>	<b>22</b>
<b>4 POLÍTICAS PÚBLICAS NACIONAIS PARA O PATRIMÔNIO MATERIAL.....</b>	<b>30</b>
<b>5 MEIOS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO MATERIAL EM PERNAMBUCO.....</b>	<b>37</b>
<b>6 MERCADO DE SÃO JOSÉ E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ENTRE 1989-2021.....</b>	<b>44</b>
<b>7 APRESENTAÇÃO DO PRODUTO.....</b>	<b>71</b>
<b>8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>82</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>84</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Na busca por subsídios que levem a construção do reconhecimento e da valorização de patrimônios históricos, o Relatório apontou para o estudo das Políticas Públicas e Preservação do Patrimônio Histórico, enquanto se é mencionada a história do Mercado de São José, Recife/PE, entre 1989-2021, foi norteado e desenvolvido o trabalho na linha de pesquisa Sociedade, Patrimônio e Memória.

A linha de pesquisa sobre Políticas Públicas e Preservação do Patrimônio Histórico buscou promover incentivos para a reflexão da tradução dos preceitos sobre produção arquitetônica ao longo das décadas e que ajudam a consolidar um campo de conhecimento acerca da relação histórica entre arquitetura e memória, ao mesmo tempo em que procura trazer ações voltadas para o reconhecimento do valor patrimonial das edificações construídas no período colonial com influência de outras culturas.

Neste contexto, a promoção do reconhecimento e contribuição histórica do Mercado de São José, localizado no bairro de São José, em Recife/PE, para o século XIX, estava inserida na proposta de modernidade e embelezamento, inspirado nos moldes europeus de suas ruas e bairros. Assim, o Mercado foi inaugurado em 07 de setembro de 1875 e tombado patrimônio histórico pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1973, tornando-se o primeiro e mais antigo Mercado público pré-fabricado em ferro do Brasil, com a mesma estrutura neoclássica dos Mercados europeus do século XIX.

Projetado pelo engenheiro da Câmara Municipal do Recife, Louis Victory Lieuthier, em 1871 e construído por Louis Léger Vauthier, engenheiro francês, que teve como inspiração o Mercado de Grenelle, de Paris. Foi construído no mesmo local onde antes abrigava o Mercado da Ribeira do Peixe, antigo comércio de frutas, verduras e outras mercadorias para o consumo da cidade do Recife. Após várias reformas, modificando o projeto original ao longo das décadas, porém, conservando a sua estrutura de ferro.

O Mercado não é único no espaço físico onde está inserido, o seu entorno também fazia e faz parte do cotidiano da população do Grande Recife. As variadas tentativas em ordenar essa área urbana central localizada no bairro mais antigo da cidade e com vários problemas de infraestrutura, assim como coloca Guillen (2009, p. 13):

O bairro de São José, considerado eminentemente popular, com suas ruas estreitas e sobrados sóbrios de porta e janela, sofreu durante décadas intervenções públicas que visavam modernizá-lo e higienizá-lo, tornando-o conforme aos padrões pretendidos por uma elite que queria ver o Recife como espelho da modernidade europeia. Mas foi este o bairro em que os poderes públicos tiveram mais dificuldade em intervir para

retirar os “populares” das ruas, os vendedores de peixe, frutas, verduras e legumes, artesanato doméstico e comidas prontas, quitutes e guloseimas.

Em se tratando do contexto urbanístico e sobre as especulações imobiliárias atuais, Recife têm vivenciado conflitos relacionados ao patrimônio e aos novos investimentos, em destaque sobre o momento urbanístico da Capital de Pernambuco, a ocupação do Cais Estelita<sup>1</sup>, evidencia importantes discussões sobre a relação entre arquitetura e cidade, memória e desenvolvimento econômico. Os desafios emergentes enfrentados nos Centros Metropolitanos brasileiro na contemporaneidade, afloram a evidência de interesses econômicos, muitas vezes se sobrepõem à preservação histórica e ao bem-estar da comunidade.

A análise aqui, timidamente descrita, refere-se ao conflito entre as especulações urbanas e a valorização e proteção dos espaços, que possuem significado afetivo para as pessoas, em meio a um contexto de constante transformação urbana. Vale enfatizar sobre a desigualdade social e a divisão entre classes presentes na cidade de Recife, ou seja, o contraponto entre empreendimentos luxuosos e os mais simples e populares do entorno, representando essa divisão social.

O tema da presente pesquisa será desenvolvido sobre a historiografia e arquitetura (1998-2021) do Mercado Público de São José, através da abordagem iconográfica, na construção do reconhecimento e da valorização do patrimônio histórico.

No contexto da História e Memória de uma cidade, Jacques Le Goff (1990) enfatiza a necessidade de um povo ter relações intrínsecas com a história e com o tempo, Le Goff (1990, p. 04) enfatiza: “(...) com a duração, tanto com o tempo ‘natural’ e cíclico do clima e das estações quanto com o tempo vivido e naturalmente registrado dos indivíduos e das sociedades?” As variadas sociedades e culturas lidam com um instrumento criado a séculos, essencial para trazer a memória acontecimentos, o calendário. Neste contexto, o papel dos historiadores é criar uma “ponte” entre história e memória. A dialética da história lida com valores que dialogam com o antigo/moderno, progresso/reação.

Tomando por contexto de reflexão, dialogando com as ideias de Le Goff, a crise sobre a ausência da “relação” - História e Memória, é refletida quando atualmente os Comerciantes, alojados no Mercado São José, expressam receio com reforma que aproximará o Mercado de São José, no Centro do Recife, ao projeto original (Fundação do Mercado em 1875).

---

<sup>1</sup> JORNAL DO COMMERCIO. Chegada das torres do Estelita provoca 'BOOM!' de projetos protocolados no Recife Antigo. Tal discussão não é parte da pesquisa, pois não contempla os seus objetivos. Disponível em: [https://jc.ne10.uol.com.br/colunas/jamildo/2023/08/15578760-chegada-das-torres-do-estelita-provoca-boon-de-projetos-protocolados-no-recife-antigo.html](https://jc.ne10.uol.com.br/colunas/jamildo/2023/08/15578760-chegada-das-torres-do-estelita-provoca-boom-de-projetos-protocolados-no-recife-antigo.html). Acesso em outubro de 2023.

O Iphan alega que a reestruturação, não só trará uma manutenção adequada, mas também trará para o espaço, proximidades ao projeto inicial de 1875. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) afirma o que é expresso por Le Goff, “a necessidade de trazer a um povo sobre História e Memória coletiva”.

O embasamento teórico-metodológico, para a coleta das informações (fotos) na composição do produto do Relatório, colabora para o desencadeamento das Políticas Públicas de Preservação do Patrimônio. Ginzburg (1989, p. 12) traz o entendimento de como o historiador deve proceder suas investigações, das coletas de dados e análise até a construção da narrativa histórica.

Os registros fotográficos do Mercado, fornecidos por coletâneas compiladas da FUNDAJ e dos arquivos da Autora, serão instrumentos para traçar previamente o perfil do conteúdo do Roteiro Cultural e dos sujeitos que narrarão o enredo da história ilustrativa para retratar as modificações arquitetônicas desde 1875, apontando para as políticas públicas de preservação do patrimônio arquitetônico, neste sentido, a pesquisa deve contribuir para a definição dos critérios de escolha do que será priorizado nas ilustrações do Roteiro Cultural.

Diante do exposto, a pergunta que norteará a pesquisa, deve ser tecida: Como as políticas públicas de preservação do patrimônio material contribui em para a preservação, para a memória e para a valorização de um patrimônio histórico?

Estando o presente Relatório relacionado com a linha de pesquisa sobre sociedade, patrimônio, arquitetura e memória; e tendo como produto final o formato de um Roteiro Cultural, utilizando a análise iconográfica do entorno até chegar ao Mercado de São José, o estudo se justifica pela necessidade de enfatizar as modificações arquitetônicas, juntamente com a historiografia registrada, apontando a necessidade da conservação do Patrimônio Arquitetônico, a fim de trazer reconhecimento histórico e memória.

O recorte do objeto da pesquisa foi analisar as Políticas Públicas de Preservação do Patrimônio Material, entre 1989-2021, do Mercado de São José em Recife, chamando atenção, nesse período da história do Mercado e do seu entorno, para as sucessivas reformas que passou, tendo destaque a ocorrida após o incêndio sofrido em 1989, reabrindo apenas em 1994.

O Relatório deve conter, na Revisão da Literatura, o desenvolvimento dos objetivos específicos, desenhados para o estudo:

Na primeira seção houve a abordagem da Introdução, espaço em que contém um apanhado geral e descrição detalhada de como as seções foram desenvolvidas, englobando a pergunta norteadora, hipótese, objetivos e o desenho metodológico de forma sucinta.

Na segunda seção houve a abordagem do desenho metodológico do estudo, que teve por finalidade o caráter exploratório, para criar familiaridade com a história da construção e as restaurações do Mercado de São José Recife-PE desde sua inauguração (1875). Assim, foi trazido neste estudo, a interpretação da realidade mencionada por Ginzburg, na qual se construiu, ao longo do relatório, o paradigma de um “saber indiciário”, trazendo uma metodologia de conhecimento alicerçada na observação do pormenor revelador, do Mercado e seu entorno, mais do que na dedução.

Trazer a interpretação de Ginzburg voltada para a história da cultura popular, vem resgatar o que está escondido ou negligenciado, o que foi vislumbrada nas visitas *in loco* ao Mercado de São José e seus entornos pela análise de fotografias, como indica Kossoy, quando aponta que essa análise se trata de um resíduo do passado, fonte histórica aberta a interpretações. Esse é o mote da análise interdisciplinar que os autores (Kossoy e Ginzburg) faz do processo de representação nos documentos visuais, trazendo princípios de investigação e uma metodologia de análise crítica das fontes fotográficas a partir de uma abordagem sociocultural.

A análise das fotos remota das décadas de 50-90, cedidas pela FUNDAJ e IPHAN, principalmente pela relação registrada, sendo as fotografias objeto para elaboração do Produto. Os dados foram coletados através da busca documental e de imagens, que foram os principais instrumentos para relatar a importância histórica do Mercado e seu entorno.

Para a terceira seção, foi identificada quais os instrumentos de proteção do patrimônio material, descrevendo as políticas voltadas para a preservação do patrimônio histórico do Estado de Pernambuco. Nesse entendimento, pode-se correlacionar, dentro do espaço “visitado”, o Patrimônio Histórico Cultural, trazendo a articulação nas diversas narrativas sobre o sentimento de preservação dos chamados patrimônios históricos culturais e os instrumentos para o mesmo, tendo a função de representar simbolicamente a identidade e a memória de um território.

Para a quarta seção, foi descrito a compreensão do desenvolvimento dos processos de valorização e de preservação do patrimônio material, por meio da Política de Patrimônio Cultural Material (PPCM) instaurada através da Portaria N.º 375 de 2018, definida pelo IPHAN.

Na quinta sessão, o estudo trouxe a contribuição para a divulgação e valorização do patrimônio histórico de Pernambuco. Tal regulamentação para preservação do patrimônio material norteia as ações e demandas de identidade, reconhecimento, proteção, normas, autorizações, licenciamento, fiscalização, monitorias, conservação, interpretação, promoção,

difusão e conhecimento patrimonial com relação às dimensões materiais do Patrimônio Cultural Brasileiro.

Para a última e sexta seção houve a elaboração do Produto do Relatório de Mestrado no formato de Roteiro Cultural. As ilustrações, paletas de cores, identidade e layout, foram elaboradas por um designer gráfico, trabalhando com elementos lúdicos e históricos do Mercado e do entorno (Pátio de São Pedro, Becos, Igreja do Livramento e Igreja da Penha). A produção e divulgação de um Roteiro Cultural, de cunho paradidático, resultados de pesquisas realizadas *in loco*, sobre elementos que contam a história da construção e reformas do Mercado de São José, trazendo imagens iconográficas com fontes de dados fornecidas pelo IPHAN e pela FUNDAJ e com os registros da própria autora, objetivando trazer aos Turistas e população em geral da Cidade do Recife, o potencial histórico e cultural do Patrimônio Arquitetônico.



## 2 TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

Quanto à natureza de seu objeto, o presente Relatório encontra-se no âmbito da pesquisa qualitativa, na qual o estudo de natureza interpretativa e subjetiva da realidade, ou seja, “trata de aproximações com a epistemologia qualitativa e a metodologia construtivo-interpretativa” (Martínez et al., 2019, p. 39). Assim, caracteriza ser qualitativa, pois trouxe a compreensão sobre memória do patrimônio cultural, em descrever e explicar, através da iconografia, os registros arquitetônicos de estilo europeu, ao longo das décadas, por meio da análise de textos de historiadores referentes ao tema.

O estudo teve por finalidade o caráter exploratório, pois criou-se familiaridade com a história da construção e as restaurações do Mercado de São José Recife-PE desde sua inauguração (1875), quanto a sua importância histórica e a necessidade de trazer as Políticas de Preservação do Patrimônio Arquitetônico. Segundo Gil (2010), a pesquisa exploratória é utilizada quando não se detém conhecimento suficientemente sobre o tema, assim, utilizou-se dados e informações para compor o estudo, que tratou de um fenômeno social. Assim, o estudo buscou dados para compor explicações quanto à cultura e memória de um patrimônio e suas políticas públicas de preservação, como também teceu enredo sobre o fenômeno social da sociabilização existente no entorno, desde a construção do Mercado de São José. Outra finalidade que a pesquisa traz, é de caráter explicativo, por sua vez, está baseada em experimentos, na qual envolveu criação e explicação de teoria.

Para obtenção das fontes primárias, que trará embasamento sobre a temática:

**Livros didáticos e similares** (livro-texto, livro de leitura, manual), na forma impressa ou e-book, como fonte privilegiada utilizamos, GINZBURG, C. Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 143-179; GUILLEN, I. C. M.; GRILLO, M. Â. de F.; FARIAS, R. G. Mercado de São José: Memória e História. 1.ed. Recife: FADURPE, 2010.; KOSSOY, B. Fotografia & História. São Paulo: Ateliê editorial, 2012; LE GOFF, J. História e memória. 7. ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2013; NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução: Yara Aun Khoury. História e Cultura v. 10. Jul/dez. 1993; GINZBURG, C. Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 143-179. RABELLO, S. O Estado na preservação de bens culturais: o tombamento. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009.

**Periódicos, revistas científicas**, com características específicas em formato de artigos científicos, resenhas e ensaios ou relatos de experiência, utilizamos, como fontes privilegiadas, FRANCA, R. Monumentos do Recife: estátuas e bustos, igrejas e prédios, lápides, placas e

inscrições históricas do Recife. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1977; OLIVEIRA JÚNIOR, J. V. de O. Fluxograma do processo de planejamento arquitetônico aplicado a mercados públicos. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) –Universidade Federal da Paraíba, Paraíba. 2006; PEREIRA, J. W. O Tombamento: de instrumento a processo na construção de narrativas da nação. 2009. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) - Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO / MAST, Rio de Janeiro, 2009; SANTOS, L. T. Mercado de São José – Recife: Novos parâmetros de uso. Trabalho de conclusão de curso (Monografia - Arquitetura e Urbanismo) Faculdade Damas da Instrução Cristã. Recife, 2018; TONDELLA, M. Mercado Público de São José por Manoel Tondella (1861–1921). In: Photographia Tondella. Mercado Público de São José, 1905. Recife, Pernambuco / Acervo Fundaj. 2021.

**Anais de evento**, por serem documentos que compilam todo o conteúdo da busca, em formato de debate, produzido e apresentado nos eventos sobre história e cultura de mercados públicos, utilizamos como fonte privilegiada, GUILLEN, I. C. M. Mercado de São José: contando histórias em um lugar de memória. ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História – Fortaleza, 2009; SOUZA, R. P. de. O folder turístico: descrição e análise sócio-retórica. Maceió, 2011; UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Patrimônio Mundial no Brasil. 2020.

Para obtenção das fontes secundárias, que trará embasamento sobre a temática:

**Bibliotecas universitárias** (formato online e impresso), utilizamos como fontes privilegiadas, OLIVEIRA JÚNIOR, J. V. de O. Fluxograma do processo de planejamento arquitetônico aplicado a mercados públicos. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) – Universidade Federal da Paraíba, Paraíba. 2006; SANTOS, L. T. Mercado de São José – Recife: Novos parâmetros de uso. Trabalho de conclusão de curso (Monografia - Arquitetura e Urbanismo) Faculdade Damas da Instrução Cristã. Recife, 2018; PEREIRA, J. W. O Tombamento: de instrumento a processo na construção de narrativas da nação. 2009. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) - Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO / MAST, Rio de Janeiro, 2009.

**Transcrições** de fóruns de discussão (Poder Legislativo, Câmaras, Conselhos), utilizamos como fontes privilegiadas, ALEPE - Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco. Decreto nº. 6239 de 1980 EMENTA: Regulamenta a Lei nº 7.970, de 18 de setembro de 1979, que institui o Tombamento de bens pelo Estado, e dá outras providências. Recife, 1980; ALEPE - Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco. Lei nº 7.970, de 18 de setembro de 1979. EMENTA: Institui o tombamento de bens pelo estado. Recife, 1979;

BRASIL. Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. 2000; BRASIL. Decreto nº 7.387, de 9 de dezembro de 2010. Institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística e dá outras providências. 2010; FUNDARPE – Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco. A Fundarpe. In: Portal de Cultura da cultura pernambucana. Recife, 2022; DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Publicações de 1989; LEGISLAÇÃO ESTADUAL DE PERNAMBUCO. Decreto nº 25.315, de 19 de março de 2003. Revogado pelo Decreto nº 30391/2007. Aprova o regulamento da fundação do patrimônio histórico e artístico de Pernambuco - FUNDARPE, e dá outras providências. Recife, 2023.

**Observação *in loco*** da visitação ao local de estudo.

No estudo, foram utilizadas imagens em Fontes do IPHAN, FUNDAJ e dos arquivos da Autora, para trazer uma análise sobre as Políticas Públicas de Preservação do Patrimônio Arquitetônico referente ao Mercado de São José Recife-PE, no qual Kossoy (2012) afirma que as imagens pertencem ao universo dos vestígios mais antigos da vida humana que chegaram até nossos dias, dá uma dimensão de quão importante analisar a história através da imagem. O Autor enfatiza à discussão da capacidade da imagem de atingir todas as camadas sociais, pois penetra no ser humano através de um dos cinco sentidos inerentes à vida, a visão.

Kossoy (2012) trata a temática iconografia, destacando a importância dos antiquários nessa tarefa de validar a imagem como fonte histórica, dos princípios de identificação para garantir sua autenticidade, da interdisciplinaridade para a pesquisa, dos sentidos múltiplos da imagem através de cada olhar.

Para se ter maior segurança de como tratar a fotografia como fonte histórica, deve-se valer de Boris Kossoy quando diz que:

(...) toda fotografia é um resíduo do passado. Um artefato que contém em si um fragmento determinado da realidade registrado fotograficamente. Se por um lado, este artefato nos oferece indícios quanto aos elementos constitutivos (assunto, fotógrafo, tecnologia) que lhe deram origem, por outro o registro visual nele contido reúne um inventário de informações acerca daquele preciso fragmento de espaço/ tempo retratado. O artefato fotográfico, através da matéria (que lhe dá corpo) e sua expressão (o registro visual nele contido), constituem uma fonte histórica (KOSSOY, 2012, p. 47-48).

Para a coleta das informações (fotos), na composição do produto do Relatório, colabora para esse desencadeamento, aspectos como a mundialização, massificação e descolonização interior. Ginzburg (1989, p. 12) traz o entendimento de como o historiador deve proceder suas investigações, da coleta de dados e análise até a construção da narrativa histórica.

Foi utilizado conceitos de paradigma indiciário, na qual, segundo Ginzburg (1989, p. 17) possibilita “interpretar a realidade, algumas vezes opaca, em busca de características menos vistosas, de indícios que permitam decifrá-la e compreendê-la”. Assim, foi trazido neste estudo, a interpretação da realidade mencionada por Ginzburg, na qual se construiu, ao longo do relatório, o paradigma de um “saber indiciário”, trazendo uma metodologia de conhecimento alicerçada na observação do pormenor revelador, do Mercado e seu entorno, mais do que na dedução.

Trazer a interpretação de Ginzburg voltada para a história da cultura popular, vem resgatar o que está escondido ou negligenciado, o que foi vislumbrada nas visitas *in loco* ao Mercado de São José e seus entornos pela análise de fotografias, como indica Kossoy, quando aponta que essa análise se trata de um resíduo do passado, fonte histórica aberta a interpretações. Esse é o mote da análise interdisciplinar que os autores (Kossoy e Ginzburg) faz do processo de representação nos documentos visuais, trazendo princípios de investigação e uma metodologia de análise crítica das fontes fotográficas, a partir de uma abordagem sociocultural.

A interpretação da realidade da cultura popular da Cidade do Recife, em específico, foi vislumbrada nas visitas *in loco* ao Mercado de São José e seu entorno, quando se foi percebido que alguns materiais de construção são do tempo presente e, portanto, decorrente de reformas também pela análise de fotografias da década de 50-90 cedidas pela FUNDAJ e IPHAN, principalmente pela relação registrada.

A iconografia deve ser utilizada como instrumento metodológico para realizar o estudo utilizando fotografias. Segundo Mauad (2016, p. 35), a utilização da iconografia traz também a renovação historiográfica no final dos anos 1970 e início dos 80, onde a “limitação das fontes escritas seria superada pelo uso das fontes figurativas, meio pelo qual as representações imaginárias circulariam”, além de destacar historiadores como Jacques Le Goff, Pierre Nora, Marc Ferro como precursores no estudo das imagens e Michel Vovelle. E aproximando arte visual e história, deve-se trazer a posição de que (p. 41) “toda arte é histórica, portanto, toda imagem possui uma historicidade fundamentada em uma prática cultural e social”.

Para esse estudo é importante saber fazer uma crítica da fonte, como destaca Peter Burke (2001), tentando identificar possíveis manipulações das fotos, suas posições, prestando atenção à mensagem e ao remetente e o que pretendem repassar para o pesquisador na hora de sua leitura. Assim, o campo da visualidade – iconografia – pode ser, sim, usada como fonte histórica, integrada a diferentes campos de estudos – sociologia, antropologia – e servirá de

aporte para embasar a presente pesquisa, baseada na análise de fotografias de 1989-2021 do Mercado de São José, com a requalificação de seu entorno.

Na análise das fotográficas copiladas para coletar e inserir no estudo, deslocamos a pesquisa das fontes visuais para o campo da visualidade, levando em consideração o cognitivo, como já dito, a visão é o nosso primeiro contato com a fonte, ideia copilada de Ulpiano Menezes, para a coletânea de fotos por parte de historiadores. Outro elemento vislumbrado na produção textual do Relatório são os fatos sociais, as experiências do cotidiano e a espacialidade da Cidade do Recife, expressa por Liêdo Maranhão (1977) e Michel de Certeau (1985), que também contribuíram para a interpretação, trazendo uma utilização documental das imagens, dentro do espaço urbano recifense, não apenas como ilustração.

A fim de delimitar o estudo, deve-se trazer uma investigação empírica, que segundo Gil (2011) trata-se da busca por fontes impressas e dados fornecidos por instituições, neste sentido, a pesquisa procede de forma bibliográfica e documental, na qual se vale de informações existentes, respaldada por levantamento de material já publicado.

Os dados foram coletados através da busca documental e de imagens no IPHAN e FUNDAJ, principais instrumentos para relatar a importância histórica do Mercado Público de São José e seu entorno. Os registros fotográficos do Mercado serão instrumentos para traçar previamente o perfil do conteúdo do Roteiro Cultural e dos sujeitos que narrarão o enredo da história ilustrativa para retratar as modificações arquitetônicas desde 1875, trazendo uma linha temporal entre 1989-2021, apontando para as políticas públicas de preservação do patrimônio arquitetônico, neste sentido, a pesquisa deve contribuir para a definição dos critérios de escolha do que será priorizado nas ilustrações do Roteiro Cultural.

Na análise documental, os registros de informações sobre historiografia e arquitetura do Mercado Público de São José devem ser: documentos textuais (impressos e manuscritos); documentos iconográficos (documentários virtuais). Segundo Marconi; Lakatos (2011), a representação dos dados ocorre através de técnicas quânticas de análise, a fim de agilizar e esclarecer a visualização das relações entre as variáveis.

Foi utilizado conceitos desse paradigma, nas visitas *in loco* ao Mercado São José e ao entorno, sobre registros fotográficos do Pátio de São Pedro, Beco do Veado, Beco Marroquim; Igreja e Rua do Livramento; Mercado das Ervas e Igreja da Penha, até chegar ao Mercado de São José Recife-PE. Pela análise de fotografias, concedidas pelo IPHAN e FUNDAJ, principalmente em relação às registradas pela Autora atualmente.

### 3 INSTRUMENTOS PARA PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO MATERIAL ARQUITETÔNICO

Fonseca (1996, p. 22) destaca sobre dois momentos históricos que marca a ideia central de Patrimônio Cultural, a Heroica e a Moderna<sup>2</sup>. A Heroica evidenciou intelectuais Modernistas, na criação de suas próprias concepções sobre arte, história, tradição e nação, como também a concepção de patrimônio delimitado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atualmente Instituto (IPHAN), enfatizando as práticas de tombamento entre os anos de 1970 e 1990. Nessa fase, é criado alicerces que traz a importância e a função do patrimônio através do intelectual Rodrigo Melo Franco de Andrade<sup>3</sup> em suas narrativas de patrimonialização, mencionando também a contribuição fundamental na elaboração de uma política nacional de preservação do patrimônio, como os intelectuais<sup>4</sup> Gilberto Freyre e Gustavo Barroso.

Na fase Moderna, a elaboração das primeiras memórias para os Modernistas<sup>5</sup>, engloba a Arquitetura, sendo pauta defendida por Fonseca (2005), destacando que a Arquitetura Moderna ganhou espaço no Brasil através do Arquiteto modernista Le Corbusier<sup>6</sup>, levando em consideração as ideias pioneiras da arquitetura de Gregori Warchavchik, em São Paulo, e Luiz Nunes, no Recife<sup>7</sup>.

---

<sup>2</sup> SIMÃO, Lucieni de Menezes. Elos do patrimônio: Luiz de Castro Faria e a preservação dos monumentos arqueológicos no Brasil. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Ciências Humanas, Belém, v. 4, n. 3, p. 421-435, set-dez-2000.

<sup>3</sup> Rodrigo Melo Franco de Andrade nasceu em Belo Horizonte (MG). A experiência jornalística de Rodrigo também foi usada no IPHAN, já que ele criou a Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a fim de divulgar as ações do então SPHAN. A defesa do patrimônio do Brasil também foi fonte para várias obras de Rodrigo Melo Franco de Andrade, como *Brasil: Monumentos Históricos e Arqueológicos* (1952), *Rio Branco e Gastão da Cunha* (1953) e *Artistas Coloniais* (1958).

<sup>4</sup> SIRINELLI, Jean François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, p.p.231-269. 1996.

<sup>5</sup> CAVALCANTI, Lauro. Modernistas, arquitetura e patrimônio. In: *REPENSANDO o Estado Novo*. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. 345 p.

<sup>6</sup> Le Corbusier, nascido na Suíça, era também pintor e escultor. Desenvolveu uma vasta atividade acadêmica e teórica e publicou muitos artigos sobre seus estudos voltados para a área da arquitetura. Como urbanista, propôs um modelo urbano que se adequasse à vida moderna e a utilização de materiais diferentes e inovadores, como o concreto armado.

<sup>7</sup> FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 3 e 4. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ:IPHAN, 2009/2017.

Segundo Hartog (2013, p. 37) destacar um patrimônio constitui uma prática dos Estados modernos. Para o autor, esse destaque deve estar relacionado ao valor atribuído ao patrimônio, sobre a perspectiva de manifestação cultural. Vale ressaltar também que, enquanto símbolos, os patrimônios de uma região precisam ser explorados no contexto histórico e protegidos em “um inventário dos lugares onde ela (a história) se encarnou”, perpetuando as informações históricas para as gerações futuras e trazendo o entendimento em seu próprio tempo.

Sobre o atual momento da história, em se tratando de patrimônio, o mesmo desperta curiosidade pelos lugares onde a memória se forma, atentando para a existência de “locais de memória”, como também “(...) há locais de memória porque não há mais meios de memória”. A partir da metáfora “aceleração da história”, Pierre Nora (1993, p. 7), aponta para uma espécie de esfacelamento na memória, ou seja, um processo que emerge residualidades registradas em determinados locais, visto que: “há locais de memória porque não há mais meios de memória”. Nora (1993) e Fonseca (2005) concordam que a memória nada mais é do que a imagem vívida do momento passado ou presente. Os bens, um dos elementos formadores do patrimônio, são ícones análogos da memória que permitem a interação do presente com o passado, transigindo na transmissão de cultura<sup>8</sup> e formações identitárias de um povo.

Para conceituar Patrimônio, Gonçalves (2005, p. 17) destaca que se faz necessário definir, anteriormente, o que são bens culturais. O autor destaca que os registros (materiais ou imateriais) são denominados bens culturais, elementos da realidade (cultural ou natural), passada ou presente. É todo constituinte, material ou imaterial, com capacidade de expor o momento cultural ou natural de uma sociedade ou de ecossistemas. Neste contexto, Françoise (2001, p. 19), traz um conceito atual sobre Patrimônio, que trata de bens materiais e imateriais, naturais ou produzidos, que uma pessoa (individualmente) ou um povo tem sob posse ou consegue juntar.

Numa linguagem de singularidade, em vários momentos, historiadores apontam funções e formas comuns, em qualquer sociedade, os rituais, que estão atrelados aos costumes que dialogam com a cultura de um povo, precisando ser mencionados fatos históricos para trazer a memória coletiva, a identidade de um povo<sup>9</sup>. Fazem-se necessários fatores históricos serem mencionados, estando intimamente ligados a definição de pontos de partida cronológicos e a busca de uma periodização, mencionados por Le Goff (1924, p. 21).

---

<sup>8</sup> BURKE, P. Cultura popular na idade moderna - 1ª ed. Editora: Companhia de Bolso, 2010.

<sup>9</sup> THOMPSON, E. P. Costumes em comum. Revisão técnica Antônio Negro, Cristina Meneguello, Paulo Fontes. – São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Hoje, a aplicação à história dos dados da filosofia, da ciência, da experiência individual e coletiva tende a introduzir, junto destes quadros mensuráveis do tempo histórico, a noção de duração, de tempo vivido, de tempos múltiplos e relativos, de tempos subjetivos ou simbólicos. O tempo histórico encontra, num nível muito sofisticado, o velho tempo da memória, que atravessa a história e a alimenta (LE GOFF, 2013, p. 09).

O conceito de memória é crucial, fundamentalmente na história, estando mais intrinsecamente ligado à memória coletiva que das memórias individuais, Le Goff (2013, p. 366) destaca que é importante descrever sumariamente a memória no campo científico global. A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças as quais o homem pode atualizar impressões ou informações contidas no passado<sup>10</sup>.

Nesse entendimento, pode-se correlacionar, dentro do espaço “visitado”, o Patrimônio Histórico Cultural, pois nessa perspectiva, Nogueira (2005, p. 222) traz a articulação nas diversas narrativas sobre o sentimento de preservação dos chamados patrimônios históricos culturais, nas modernas sociedades ocidentais, tendo a função de representar a identidade e a memória de um território.

Quando se é correlacionado a ideia de que estar em qualquer lugar do mundo é pertencer a uma comunidade nacional, onde neste espaço está contido um conjunto de bens culturais: relíquias, monumentos, cidades históricas, entre outros, o termo patrimônio cultural, mencionado por Silva (2000, p. 39) é visto como “um elemento patrimonial, ou seja, componente de uma identidade ou nacionalidade, destacando sua importância histórica e seu lugar na memória coletiva”.

Neste contexto, de exposição sobre a análise histórica de Patrimônio, sua história e potencialidade turística devem ser exploradas ao seu máximo, pois segundo Choay (2006, p. 17), quando se trata de instauração do patrimônio histórico edificado, na qual institucionaliza a conservação monumental histórica, estabelece uma jurisdição de proteção, fazendo da restauração um elo para trazer a memória, na utilização do patrimônio como uso do objeto de uma pesquisa histórica, sendo o sujeito de uma alegoria, para entender a identidade cultural do local.

Fonseca (2005, p. 12) conceitua patrimônio cultural tangível e intangível, no qual denomina-se por patrimônio cultural tangível como patrimônio composto por bens materiais. Dividido em bens imóveis e bens móveis. Entretanto, os bens intangíveis são compostos por bens

---

<sup>10</sup> LE GOFF, J.; TOUBERT, P. Une histoire totale du Moyen Âge est-elle possible?, em Actes do 100e Congrès National des Sociétés savantes, Paris, 1975, Secrétariat d'État aux Universités, Paris.



imateriais, como por exemplo, lendas, costumes, rituais etc. A autora destaca também, Patrimônio natural e edificado<sup>11</sup>, caracterizado por bens cuja concepção ocorreu sem intervenções humanas. Já o Patrimônio edificado é denominado pelas construções isoladas ou conglomerados de construções, com características diferentes e não necessariamente antiga, contudo, dentro do conceito de Patrimônio Cultural.

O patrimônio material sob proteção do Iphan<sup>12</sup> é denominado por um conjunto de bens culturais caracterizados de acordo com sua natureza, de acordo com os quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e de artes aplicadas. Nos artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988 é ampliada a conceituação de patrimônio cultural devido ao reconhecimento da existência de bens culturais de cunho material e imaterial, e também, ao constituir outros meios de preservação - como Registro e Inventário - além do Tombamento, criado pelo Decreto-Lei<sup>13</sup> n.º 25, de 30 de novembro de 1937, que se enquadra, sobretudo, à preservação de edifícios, paisagens e elementos históricos urbanos.

Castro (1991, p. 10) destaca que o tombamento dos bens de natureza material pode ser dividido entre imóveis e móveis, exemplificando os imóveis em cidades históricas, sítios arqueológicos e paisagístico e bens individuais; e os móveis, exemplificados em coleções arqueológicas, acervos de museus, documentos, bibliografias, arquivos, vídeos, fotografias e cinema.

A lista de patrimônios materiais que são tombados pelo Iphan<sup>14</sup> está disponível no Arquivo Noronha Santos e no Arquivo Central do Iphan, sendo este o setor encarregado de abrir, guardar e acessar os trâmites de tombamento, de entorno e de exportação de obras artísticas. O Arquivo atua, também, na emissão de registros a nível de evidência e inscreve bens nos Livros do Tombo.

Quanto aos patrimônios culturais de cunho imaterial, Cavalcanti; Fonseca (2008, p. 11) destacam estão associados aos costumes e estilo social de vida que são representados em saberes, ofícios e formas de fazer; comemorações; manifestações cênicas, plásticas, musicais ou

---

<sup>11</sup> GONZALES-VARAS, Ignacio. Conservación de bienes culturales. Madrid: Cátedra, 2003. p.44.

<sup>12</sup> IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Política do Patrimônio Cultural Material. 2018. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/cacao\\_politica\\_do\\_patrimonio.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/cacao_politica_do_patrimonio.pdf). Acesso em janeiro de 2023.

<sup>13</sup> SILVA, Regina Coeli Pinheiro da. Sobre a Preservação dos sítios arqueológicos brasileiros. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília, n.º 22, pp. 210-211. 1987.

<sup>14</sup> SILVA, Regina Coeli Pinheiro da. Compatibilizando os instrumentos legais de preservação arqueológica no Brasil: o Decreto-lei n.º 25/1937 e a lei n.º 3924/1961. Revista de Arqueologia, São Paulo 9, p. 9-23, 1996, disponível em <http://revista.sabnet.com.br/index.php/revista-de-arqueologia/article/view/295>. Acesso em janeiro de 2023.

lúdicas; e nos locais (mercados, feiras e santuários que servem de palco para exercícios culturais coletivos). Ao admitir a existência de bens culturais de natureza material e imaterial, a Constituição Federal de 1988, nos artigos 215 e 216<sup>15</sup>, expandiu o entendimento a respeito dos patrimônios culturais.

Na Constituição, nos artigos 215 e 216, constata a inclusão, no patrimônio a ser preservado pelo Estado em conjunto com a sociedade, dos patrimônios culturais que são destaques dos diversos povos que compõem o corpo social brasileiro. A transmissão do patrimônio imaterial ocorre entre gerações (do mais antigo para o mais novo) de forma constante, com inovações da comunidade e da coletividade em função do seu ambiente, da interação com a natureza e de sua trajetória, possibilitando, então, a sensação de continuidade e o sentimento de identificação, corroborando na promoção do respeito às diferenças culturais e à imaginação humana.

Na discussão sobre as noções de patrimônio e o caminho reconstruído ao longo do tempo, sendo diversas vezes modificados no decorrer do século XX, na cultura ocidental, Fonseca (2005, p. 08) destaca as maneiras como o órgão de proteção ao patrimônio, milita para promover a revitalização, em destaque, patrimônios culturais no Brasil.

Para levar em consideração as determinações legais e elaborar dispositivos eficazes à legitimação e à conservação dos bens imateriais, foram orquestrados estudos pelo Iphan, que originaram a edição do Decreto n.º 3.551, de 4 de agosto de 2000 – que fundou o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e criou o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (PNPI) – e firmou o Inventário Nacional de Referências Culturais (INCR)<sup>16</sup>.

Uma política de proteção mais coordenada e sistematizada começou a ser implantada pelo Iphan em 2004, com a criação do Departamento do Patrimônio Imaterial (DPI). Posteriormente, em 2010, foi instaurado o Decreto n.º 7.387, de 9 de dezembro de 2010 o Inventário

---

<sup>15</sup> BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: texto promulgado em de 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas emendas constitucionais nos 1/92 a 52/2006. Brasília: Senado, 2006.

<sup>16</sup>BRASIL. Decreto n.º 3.551, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. 2000. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d355vid%C3%A2ncias](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d355vid%C3%A2ncias). Acesso em janeiro de 2023.

Nacional da Diversidade Linguística (INDL)<sup>17</sup>, utilizado para validar e valorizar as línguas portadoras de alusões à identidade, ação e memória dos mais diversos grupos que compõem o corpo social brasileiro.

A fim de estabelecer a garantia legal dos bens de cunho cultural do Estado, Calabre (2009, p. 55) aponta que o Iphan<sup>18</sup> faz uso de alguns instrumentos de proteção do patrimônio material. Por anos permeou-se o fio, em diferentes constituições, para que hoje pudesse ser fundamentado com uma vasta gama de alternativas a variar de acordo com a categoria do bem. Sendo este o instrumento de proteção mais antigo a ser empregado, tem a instituição instaurada através do Decreto Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937, tendo sob o conceito a proibição da destruição de patrimônios culturais tombados, instituindo-os sob proteção do Instituto.

Um bem percorre um caminho de processo administrativo até ser tombado, o que determina o tombamento é a inclusão do bem em, no mínimo, um dos quatro Livros do Tombo: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Histórico; Livro do Tombo das Belas Artes; e Livro do Tombo das Artes Aplicadas.

Pereira (2009, p. 41) destaca que o tombamento é o ato de tomar, logo, é, listar, arquivar, registrar coisas ou verdades relativas a uma particularidade ou local, para garantir a proteção, segurança e garantia da existência através de alguma autoridade. O nome Tombamento é originário de Portugal, surge pela Torre do Tombo, ou do Arquivo (alguma das torres do Castelo de São Jorge), local cujos documentos relevantes eram arquivados, hoje compõem o Arquivo Central do Estado Português.

Preservar não é o mesmo que tomar, pois não existe a necessidade do tombamento para ocorrer a preservação. Entretanto, o tombamento é uma exigência legal; cuja inexistência põe em risco a segurança da proteção da preservação. Para conferir garantia da preservação permanente do bem, o tombamento é uma ação significativa, pois atua no impedimento através da lei, da desfiguração/destruição e proporcionando o uso pleno do bem.

O tombamento de bens históricos no Brasil teve seu início em 30 de novembro de 1937, com o Decreto Lei n.º 25, fundou-se o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan)<sup>19</sup>, que foi originado para garantir a proteção das cidades antigas e dos monumentos que

---

<sup>17</sup>BRASIL. Decreto nº 7.387, de 9 de dezembro de 2010. Institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística e dá outras providências. 2010. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7387.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%207.387%2C%20DE%209,que%20lhe%20confer%20o%20art](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7387.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%207.387%2C%20DE%209,que%20lhe%20confer%20o%20art). Acesso em janeiro de 2023.

<sup>18</sup>MOTTA, Lia; THOMPSON, Ana Lucia. Entorno de bens tombados. Rio de Janeiro: IPHAN, 2010.

<sup>19</sup> IPHAN. Caderno de Estudos do PEP Cronologia e Bibliografia das Práticas de Preservação do Patrimônio Cultural. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009.

estavam em perigo, dada a especulação imobiliária e as mudanças urbanas. Em sua criação houve a participação de artistas e intelectuais, entre eles, Mário de Andrade, Lúcio Costa, Gustavo Capanema e Rodrigo Melo de Andrade. Hoje é conhecido como Iphan - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, tendo sob posse mais de 20 mil edifícios, 83 conjuntos urbanos e sítios arqueológicos tombados, somado aos objetos, criações artísticas, documentações, etc.

Para garantir efetivamente a preservação dos patrimônios culturais, Fonseca (2005, p. 37) destaca sobre a lembrança coletiva e, por consequência, a identificação cultural dos grupos sociais. É uma determinação legal apropriada e assegurada, principalmente, relacionada a patrimônios em risco de desfiguração/destruição e ameaça.

A escolha dos bens a serem tombados é destacada por Motta; Silva (1998, p. 29), iniciando-se oriundo de um inventário de bens indicados por membros do conselho, população e especialistas. Ademais, faz-se necessário o conhecimento do grupo sobre a história local, seus costumes, o centro urbano e área rural, através de estudo, pesquisas e levantamentos; e mantendo uma visão atenciosa ao cotidiano, quando estarão aptas para avaliação das especificidades da cultural local.

Motta; Thompson (2010, p. 17) enfatiza que a priori, a criação de um inventário dos bens, levando em consideração a integridade (classificação do nível de conservação/possibilidade de restauração), singularidade, exemplaridade (patrimônios mais significativos, porque na aparição de outros com as mesmas propriedades, somente alguns serão catalogados) e relevância na arquitetura, cultura, história, turismo, ciência, arte, arqueologia e paisagem, podendo o bem apresentar uma dessas categorias e somar outras.

Carcará et al. (2012) destaca que na Constituição Federal ampara o tombamento no artigo 216: “O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento, desapropriação e de outras formas de acautelamento e preservação”. Para além disso, existem leis que fomentaram a criação dos conselhos em seus níveis e estados: Lei Federal (Decreto Lei 25/1937), Lei Estadual e Leis Municipais. A depender da relevância, um bem pode estar apto para inscrição na Lista do Patrimônio Universal e ser tombado pelas 3 instâncias nacionais.

No que tange a solicitação do tombamento, Mateus (2008, p. 117) destaca que o proprietário, a sociedade, o conselho de defesa do patrimônio, todas as pessoas de direito público ou das entidades municipais/estaduais/federais do imóvel podem estar realizando a solicitação do pedido de tombamento; ademais, a solicitação deve estar adequadamente descrita por intermédio de justificativas.

Em se tratando de valoração do Patrimônio Cultural Ferroviário<sup>20</sup>, a partir da extinção da Rede Ferroviária Federal SA (RFFSA), por meio da Lei n.º 11.483/2007 foi designado ao Iphan o encargo de “receber e administrar os bens móveis e imóveis de valor artístico, histórico e cultural, oriundos da extinta RFFSA, e zelar pela sua guarda e manutenção”. Com esse propósito, o Iphan instaurou por meio da Portaria N.º. 407/2010, a Lista de Patrimônio Cultural Ferroviário<sup>21</sup>, cujos bens provenientes do espólio da RFFSA estão inscritos. Vale ressaltar sobre os bens operacionais e os não operacionais<sup>22</sup>. Em se tratando da Chancela da Paisagem Cultural<sup>23</sup>, fundada através da Portaria Iphan n.º 127/2009, identifica a relevância cultural de elementos representativos do país.

Capute; Pereira (2010) descrevem que desde 1992, foi adotado pela Unesco a atribuição do conceito de paisagem natural como uma nova classificação de reconhecimento dos patrimônios culturais. Assim, a chancela de Paisagem Cultural, segundo Scifoni (2008) visa acentuar os diferentes relacionamentos humanos estabelecidos com o ambiente em que eles convivem, gerando enfoques de vida que diferem os locais e, portanto, certificam o intelecto, a imaginação e a contribuição para o patrimônio humano.

---

<sup>20</sup> IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Patrimônio Ferroviário. 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/127>. Acesso em janeiro de 2023.

<sup>21</sup> BRASIL. Ministério do turismo. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Portaria IPHAN n.º 17, de 29 de abril de 2022. Dispõe sobre os critérios de valoração e o procedimento de inscrição de bens na Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário, visando à proteção da memória ferroviária, em conformidade com o art. 9º, da Lei n.º 11.483, de 31 de maio de 2007. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/centrais-de-conteudo/legislacao/atos-normativos/2022/portaria-iphan-no-17-de-29-de-abril-de-2022>. Acesso em janeiro de 2023.

<sup>22</sup> IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Manual Técnico do Patrimônio Ferroviário. 2014. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/arquivos/Manual\\_tecnico\\_patrimonio\\_ferroviano.pdf](http://portal.iphan.gov.br/arquivos/Manual_tecnico_patrimonio_ferroviano.pdf). Acesso em junho de 2023.

<sup>23</sup> BRASIL. Portaria n.º 127, de 30 de abril de 2009. Estabelece a Chancela da Paisagem Cultural. Diário Oficial da União, 5 maio 2009. Seção 1, p. 17.

#### 4 POLÍTICAS PÚBLICAS NACIONAIS PARA O PATRIMÔNIO MATERIAL

Um bem é inscrito na lista do patrimônio universal da Unesco<sup>24</sup>, por meio de inscrição na lista baseado no pedido dos países membros de um tratado internacional, nomeado como Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, com aprovação da Unesco em 1972. Está liberado também aos reconhecidos Estado-Parte o apontamento de bens relacionados ao Patrimônio Cultural ou Natural. Após a indicação de um bem, é de responsabilidade do Centro do Patrimônio Mundial, conferi as informações por completo; o Icomos ou IUCN, instituições não-governamentais com inclinações à preservação do patrimônio, revisa as solicitações; em seguida, o Bureau do Patrimônio Mundial verifica a indicação, orienta ou não sua inscrição, remetendo ao Comitê do Patrimônio Mundial, a quem, por fim, cabe a última decisão. (IPHAN, 2014).

Neste contexto do Mercado Público de São José Recife-PE, a presença de um conselho municipal deve atuar na conformidade de organização personalizada, que se relaciona diretamente com a comunidade local. De acordo com Camargo (2002), as ideias de corresponsabilidade e colaboração do Estado, concede uma valia incomensurável na qualidade da preservação e proteção do patrimônio. Somente um conselho local tem autonomia para tomar bens de interesse local - devido questões hierárquicas, o conselho estadual tomba apenas bens de interesse Estadual. Na falta de um conselho local, o município fica sem leis específicas sobre a pauta.

A Política de Patrimônio Cultural Material (PPCM)<sup>25</sup> foi instaura por meio da Portaria N.º 375, de 19 de setembro de 2018, definida pelo IPHAN (2018). Tal regulamentação norteia as ações e demandas de identidade, reconhecimento, proteção, normas, autorizações, licenciamento, fiscalização, monitorias, conservação, interpretação, promoção, difusão e conhecimento patrimonial com relação às dimensões materiais do Patrimônio Cultural Brasileiro. A pesquisa pública – instaurada pelo Iphan – concedeu permissão para que todo o corpo social fosse incluído com colaborações que somatizam o arquivo final.

Devem ser consolidados os princípios, premissas, objetivos, processos e conceituações para preservar o Patrimônio Cultural Brasileiro pela PPCM, que, ao decorrer dos anos, foram formados e sofreram modificações. Cidadãos, organizações públicas e privadas auxiliaram na versão final do texto, dentre elas, destacam-se a Casa de Oswaldo Cruz (Fiocruz), o Centro

---

<sup>24</sup> IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Patrimônio Mundial. 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/24>. Acesso em janeiro de 2023.

<sup>25</sup> IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Política de Patrimônio Cultural Material. 2018. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1837#:~:text=A%20PPCMC3%A9cadad>.

Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio), o Grupo de Estudos e Pesquisas em Política e Território (Geopol/UFRJ), a Vale S.A. – Licenciamento Ambiental, a Rede Paulista de Educação Patrimonial (Repep), e o Museu de Astronomia e Ciências Afins (IPHAN, 2018).

A política de Patrimônio Cultural Material vem atuando com mudanças significativas para os processos que são desenvolvidos no ato da preservação e reconhecimento dos bens culturais. Entretanto, perpassa por todas elas, a meta de promover a construção coletiva dos instrumentos de preservação, efetivando a legitimidade dos atos do Iphan juntamente aos grupos e aos agentes públicos. Tal objetivo é decorrente de vários princípios, principalmente da indissociabilidade entre os bens culturais e os grupos sociais, da colaboração ativa na criação estratégica e da coparticipação entre o Poder Público e a sociedade (Falcão, 1984).

A qualificação e ampliação das ações e exercícios de Preservação do Patrimônio Cultural de Natureza Material são frutos dos 5 (cinco) objetivos, conforme aponta o Catálogo de Políticas Públicas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2018)<sup>26</sup>: a estruturação de atividades para elaboração coletiva de instrumentos de preservação; a institucionalização das partidas e instrumentos para preservar com sugestão do Comitê do Patrimônio Mundial; o detalhamento dos saberes institucionais a respeito da terminologia e conceituações singulares; e o fortalecimento dos povos e comunidades originários e da Preservação do Patrimônio Cultural de Natureza Material.

Na contextualização da Preservação do Patrimônio Cultural de Natureza Material, um Mercado dentro de uma Cidade, possui força cultural. Para Carneiro; Mesquita (2000, p. 29) sobre a importância do mercado para uma Cidade, no contexto cultural e econômico, os espaços livres públicos como sendo “espaços definidos a partir de um equipamento geralmente comercial, com o fim de valorizar ou complementar alguma edificação como mercado público, podendo também ser destinados a atividades lúdicas temporárias”.

Neste panorama, a visão “estreita” sobre História e Memória é evidenciada nas ações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2018), que concorda com a Autarquia de Serviços Urbanos do Recife (CSURB), em trazer projetos, dentro das políticas de preservação, ao novo projeto do Mercado de São José Recife-PE, na preservação do projeto original em 1875.

---

<sup>26</sup> IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Política de Patrimônio Cultural Material do Iphan. 2018. Disponível em: <https://catalogo.ipea.gov.br/politica/506/politica-de-patrimonio-cultural-material-do-iphan>. Acesso em maio de 2023.

As Políticas Públicas de Preservação ao Patrimônio Material, precisam visar o resgate à memória, a história de um lugar, significando levar conhecimento histórico e não que se refere a história de um Mercado. O mesmo, fora antes espaços livres públicos urbanos, que surgem no entorno de igrejas, e que geralmente são construídos edifícios públicos, palacetes e comércio, servindo como local de convivência coletiva da comunidade. A forma urbana de construção de um Mercado e suas políticas de preservação influenciam o traçado dos logradouros públicos, afirma Macedo; Robba (2002).

Neste sentido, é de extrema importância para os projetos de arquitetura e urbanismo que desejam reproduzir a estrutura original procurar cumprir com a construção de um espaço livre público. Para Guillen (2009), a construção arquitetônica de um mercado, deve possuir, estratégias de planejamentos urbanos embasado nas Políticas Públicas Patrimoniais, em junção com a sociabilidade da vida humana, convidando os usuários, a trazer uma memória histórica do lugar.

Guillen (2014, p. 639) quando menciona Patrimônio e História, aponta Pierre Nora, quando a Autora menciona a necessidade de encontrar a história e a memória. Pierre Nora, traz um entendimento entre a metáfora “aceleração da história”, Nora (1993, p. 06), aponta para uma espécie de esfacelamento na memória, ou seja, um processo que emerge residualidades registradas em determinados locais, visto que: “Há locais de memória porque não há mais meios de memória” (Nora, 1993, p. 07). Colaboram, dentre outros, para esse desencadeamento aspectos como a mundialização, massificação e descolonização interior.

Neste contexto, acredita-se que dentro das questões que envolvem História e Memória, tecer uma reflexão sobre o lugar mencionado, é fundamental para trazer esses elementos ao conhecimento quando se precisa fazer revitalizações em patrimônios históricos, tomando posicionamento quanto à crescente patrimonialização da memória e história, afirma Guillen (2014, p. 640).

Quanto as Cartas patrimoniais, as mais relevantes devem ser mencionadas: as Normas de Quito – 1967, o Compromisso de Brasília 1970 e os Anais do II encontro de governadores em 1973.<sup>27</sup> Em 1931 foi publicada a Carta de Atenas (Escritório Internacional dos Museus, Sociedade das Nações), foram criadas centenas de documentos que abordam, direta ou indiretamente, sobre o patrimônio cultural. Neste capítulo, escolhe-se listar e conceituar as que apresentam uma maior relevância, direta ou indiretamente, e que guardam ligação com as pautas de desenvolvimento econômico e do turismo cultural.

---

<sup>27</sup>IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Cartas patrimoniais. Organização de Isabelle Cury. 2. ed. rev., aum. Rio de Janeiro: Iphan, 2000. 384 p. (Edições do Patrimônio).



A carta precursora é a Carta de Atenas (1931). Na redação da Carta, de acordo com Cabral (2015), os bens culturais consistem em grandes obras de arquitetura, que conquistaram o status de monumentos. Ela não se apropria da utilização desses monumentos; não existe, por exemplo, menções ao lazer, ou ao turismo. Para o cuidado dos monumentos, é recomendado pela carta patrimonial que sejam educados na infância e juventude para não danificarem o monumento. A principal influência a respeito do pensamento/ação do Iphan foi a Carta de Atenas (1933), no período da chamada “fase heroica” (1937-1967), excepcionalmente no que abrange o foco no monumento, em detrimento do conjunto urbano, e a ausência de confiança do mercado – donos de bens tombados e mercado imobiliário (Fonseca, 2005).

Vale salientar, de acordo com Guillen (2014, p. 7), quando se retrata sobre políticas públicas formuladas pelo IPHAN, afirma que diversos bens, incluindo as obras de arquitetura, foram reconhecidas como patrimônio no Brasil. Os bens, para serem reconhecidos, passaram por um processo de inventário cultural, que consiste num sistemático trabalho de levantamento do saber acumulado, assim como na produção de novos saberes e sistemática documentação do mesmo. A crescente patrimonialização de bens culturais nesta área tem envolvido diversos historiadores nos trabalhos de inventário e salvaguarda.

Dentre as obras arquitetônicas, como bens reconhecidos, o Mercado é um espaço monumental pertencente ao Séc. XIX, onde está inserido este conceito, na qual o seu entorno também faz parte do cotidiano da população. Assim, o Recife teve a necessidade de ordenar essa área urbana central, localizada no bairro mais antigo da cidade e com vários problemas de infraestrutura, assim como coloca Guillen (2009):

O bairro de São José, considerado eminentemente popular, com suas ruas estreitas e sobrados sóbrios de porta e janela, sofreu durante décadas intervenções públicas que visavam modernizá-lo e higienizá-lo, tornando-o conforme aos padrões pretendidos por uma elite que queria ver o Recife como espelho da modernidade europeia. Mas foi este o bairro em que os poderes públicos tiveram mais dificuldade em intervir para retirar os “populares” das ruas, os vendedores de peixe, frutas, verduras e legumes, artesanato doméstico e comidas prontas, quitutes e guloseimas (GUILLEN, 2009, p. 13).

A projeção arquitetônica do Mercado Público de São José, foi baseada no Mercado Público de Grenelle, em Paris, projeto de A. Normand, construída de ferro, como as edificações europeias do século XIX, em 1875, na qual, passou por várias reformas, modificando-se ao longo das décadas, afastando-se do projeto original, porém, conservando a sua estrutura de ferro.

Na busca por subsídios que levem a construção do reconhecimento e da valorização do patrimônio histórico, como o Mercado Público de São José, desde o período colonial até os dias

atuais, deve-se promover a reflexão da tradução dos preceitos sobre produção arquitetônica ligada a História e a Memória, afirma Guillen (2014, p. 9), pois a Carta de Atenas quando se refere a bens culturais, em grandes obras de arquitetura e seus vestígios antigos, consolida o pensamento/ação do Iphan, desde o período da “fase heroica”.

O foco no edifício isolado, Castriota (2005) e Cabral (2015) sobre pressupostos teóricos das políticas para o patrimônio, mencionam o desprezo pelos conjuntos antigos que pode ser visualizado na atuação do Iphan, ao menos nos 30 anos iniciais da atuação do órgão. Frente ao crescimento urbano das principais metrópoles brasileiras, visivelmente podemos notar a postura, em São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Recife, dentre outras, de resistência dos grandes monumentos religiosos, civis e militares, que por diversas vezes dividem espaço com arranha-céus, grandes avenidas, edificações de arquitetura moderna, modernosa, contemporânea etc.

As pesquisas arqueológicas são tratadas na Recomendação de Nova Délhi (1956)<sup>28</sup>, sendo esta, uma das mais detalhadas no que diz respeito às ações de educação ao público (educação patrimonial). O objetivo da educação patrimonial assemelha-se a Carta de Atenas (1931), cujo público necessita receber educação sobre a importância dos fragmentos do passado. Sendo a responsável por ser pioneira na referência ao turismo; conforme a indicação, a “organização de circuitos turísticos” é uma forma de educação patrimonial (Cabral, 2015).

Outra Carta Patrimonial, dentre a mais influente e importante, a Carta de Veneza (1964)<sup>29</sup>, expande o conceito de patrimônio cultural para além dos monumentos: a ideia de edifício isolado entende a criação arquitetônica isolada, assim como um sítio urbano ou rural que evidencia uma civilização particular, de uma mudança significativa ou de um momento histórico. Eleva-se não somente aos grandes monumentos, mas também aos monumentos mais simples, que, com o tempo, atingiram uma significância cultural (Cury, 2004).

Ademais, a Carta de Veneza (1964), segundo Kühl (2008), muda de forma substancial o relacionamento entre o patrimônio histórico e o ambiente; contrária a Carta de Atenas (1933), é considerada importante a relação entre o monumento e o ambiente, que precisa de cuidados de preservação – não sendo aplicadas às áreas verdes ou demolições. De acordo com o documento, o monumento conversa ao seu redor, sustentando com ele um relacionamento essencial.

---

<sup>28</sup> IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Nova Délhi (1956). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Nova%20Dheli%201956.pdf>. Acesso em janeiro de 2023.

<sup>29</sup> IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Carta de Veneza (1964). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>. Acesso em janeiro de 2023.

O patrimônio cultural como monumento é acrescido pelo entendimento de documentos – de trajeto, acontecimentos históricos memoráveis e de formas singulares de morar, transitar e viver. Enquanto ocorria a fase de transição do Iphan (1967-1979) foi iniciado o processo de tombamento dos conjuntos antigos, somado a presença de uma quantidade relevante de monumentos em diversas zonas urbanas (Kühl, 2008).

Neste entendimento, a Carta de Veneza foi considerada para trazer memória singular para convívio e visitação. O Mercado Público de São José no Recife, sendo um monumento tombado em 1973 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), no qual vale destacar que, na segunda metade do século XIX, o Recife tornou-se referência histórica no Brasil, Guillen (2009), aponta a necessidade de evidenciar imagens das transformações do Mercado da cidade.

Dentro deste contexto, pode-se afirmar sobre a importância histórica do Mercado, tanto no século XIX, quanto para a economia da cidade e pelo seu significado cultural em tempos contemporâneos. A localização do Mercado de São José, enquadrado no espaço central da Cidade do Recife-PE, destaca, sobre um olhar analítico, alguns apontamentos, contando histórias no lugar de memória, no que tange a arquitetura remetendo as edificações europeias, num conceito de espaços livres públicos (Guillen, 2009).

As Normas de Quito<sup>30</sup> está atrelado a Organização dos Estados Americanos (OEA)<sup>31</sup>. Quito, 1967, são consideradas como a Carta Patrimonial que melhor exprime a visão “terceiro-mundista” sobre o patrimônio cultural, sendo ela a primeira a associar diretamente o patrimônio monumental (americano) ao crescimento econômico (da América Latina), através do turismo cultural. Em 1960, foi imposto o vínculo da preservação patrimonial cultural ao crescimento econômico, através do turismo, foi debatida e anunciada em diversos eventos internacionais (encontros e seminários), por exemplo, a 72º Reunião do Conselho Executivo da UNESCO (1966), da Conferência das Nações Unidas sobre Viagens Internacionais e Turismo (1963) e da 13º (1965) e 14º (1966) Reunião da Conferência Geral da UNESCO (Durham, 1984).

---

<sup>30</sup> IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Norma de Quito (1967). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Normas%20de%20Quito%201967.pdf>. Acesso em janeiro de 2023.

<sup>31</sup> OEA. Norma de Quito. Quito: 1967.

Nos anos de 1970, o Compromisso de Brasília (1970)<sup>32</sup> e o Compromisso de Salvador (1971)<sup>33</sup> forneceram a base para uma das vertentes das políticas patrimoniais do Brasil, tendo como desfecho mais notável o Programa de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste, com aplicação para fins turísticos – PCH, sendo este o programa que mais recebeu investimentos financeiros sobre o patrimônio cultural brasileiro (Nascimento, 2016).

De acordo com Nascimento (2016), deve-se agir para que as esferas municipais e estaduais partilhem com a esfera federal o encargo pelos patrimônios, era um dos princípios básicos do PCH. Conforme a estadualização avançava, a municipalização das políticas patrimoniais não foi tão bem-sucedida, exceto em algumas cidades. Com o declínio das políticas patrimoniais, na agenda pública, a partir de 1980, as organizações e instituições criadas a partir de 1970 com influência do PCH, foram sendo sucateadas e encerradas de forma progressiva. Esse fenômeno aconteceu em todo o Brasil.

Utilizando o Programa de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste, com aplicação para fins turísticos – PCH, o Mercado Público de São José - Recife-PE, pode-se destacar que um documento faz parte da história e só é história, na medida em que não consente nem no discurso absoluto, nem na singularidade absoluta. Para o Le Goff (1990, p. 16) a história utilizando documentos não pode ser equívoca, no sentido virtualmente estrutural.

Em se tratando da Carta Patrimonial, o Compromisso de Salvador (1971), concretizou as indicações da Carta de Veneza (1964) e das Normas de Quito (1967), no território brasileiro. Os pontos 12, 13 e 14 relatam o incentivo ao turismo, através do uso do patrimônio arquitetônico e monumental como entretenimento turístico e, eventualmente, como hospedagem (Leal, 2008).

---

<sup>32</sup>IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Compromisso de Brasília (1970). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Compromisso%20de%20Brasilia%201970.pdf>. Acesso em janeiro de 2023.

<sup>33</sup>IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Compromisso de Brasília Compromisso de Salvador (1971). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/omisso%20de%20salvador%201971.pdf>. Acesso em janeiro de 2023.

## 5 MEIOS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO MATERIAL EM PERNAMBUCO

Patrimônio, engloba os bens materiais e imateriais, naturais e culturais, móveis e imóveis e documentais herdados do passado e transmitidos às gerações futuras em virtude do seu valor insubstituível, como já mencionado no capítulo anterior. De acordo com Funari; Pelegrini (2006), o termo “patrimônio” evoluiu consideravelmente ao longo do tempo. Inicialmente, referindo-se exclusivamente aos vestígios monumentais das culturas, o conceito de patrimônio foi gradualmente expandido para abranger a cultura viva e as expressões contemporâneas.

Como fonte de identidade, o patrimônio<sup>34</sup> é um fator valioso para capacitar as comunidades locais e permitir que grupos vulneráveis participem plenamente da vida social e cultural. Também pode fornecer soluções testadas pelo tempo para a prevenção e reconciliação de conflitos.

Por meio de um conjunto completo de convenções relativas ao patrimônio, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2020) oferece uma plataforma única para cooperação e diálogo internacional, fomentando o respeito mútuo, apreciação e compreensão. Esses instrumentos legais apoiam o desenvolvimento de políticas nacionais de proteção do patrimônio, com ênfase na preservação, gestão e capacitação<sup>35</sup>.

Locais de patrimônio natural e cultural, museus, bibliotecas e coleções de arquivos em todo o mundo estão se tornando cada vez mais vítimas colaterais de desastres naturais e conflitos armados. O aumento da destruição intencional de patrimônio, na última década, demonstra a relevância duradoura da UNESCO na liderança de esforços internacionais para prevenir a pilhagem e o tráfico ilícito de bens culturais (UNESCO, 2020).

A Legislação pernambucana, possui meios de preservação do patrimônio material, que é regida pela Lei n.º 7.970, de 18 de setembro de 1979, que institui o tombamento de bens pelo Estado<sup>36</sup>.

Art. 1º O Estado de Pernambuco procederá, nos termos desta lei e de legislação federal específica, ao tombamento total ou parcial de bens móveis ou imóveis, públicos ou

---

<sup>34</sup> IPHAN. Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil – uma trajetória. MinC, 1980.

<sup>35</sup> UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Patrimônio Mundial no Brasil. 2020. Disponível em: <https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasil/expertise/world-heritage-brazil>. Acesso em maio de 2023.

<sup>36</sup> ALEPE – Legislação do Estado de Pernambuco. Lei nº 7.970 de 18 de setembro de 1979. Institui o tombamento de bens pelo Estado. Pernambuco, 1979. Disponível em: <https://legis.alepe.pe.gov.br/7.970%20DE%2018,tombamento%20de%20bens%20pelo%20Estado>. Acesso em maio de 2023.

particulares, existentes em seu território e que, por seu valor arqueológico, etnográfico, histórico, artístico, bibliográfico, folclórico ou paisagístico, devam ficar sob a proteção do Poder Público, segundo os artigos 180, parágrafo único, da Constituição da República e 144 da Constituição do Estado (ALEPE, 1979).

O Patrimônio Material Arquitetônico representa um recurso socioeconômico inestimável<sup>37</sup>. As obras de arte, quando devidamente preservadas e acessíveis, promovem a geração de empregos, o turismo, a inclusão social e a identidade cultural. Infelizmente, independentemente da sua natureza e composição diversas, os artefatos estão inevitavelmente expostos a processos de degradação recorrentes.

De acordo com Dias (2014), fatores ambientais (temperatura, luz, humidade relativa), causas antropogênicas (poluição, vandalismo, intervenções de restauro erradas), biocontaminação, catástrofes naturais (inundações, incêndios) e alterações climáticas, concorrem para ameaçar a preservação do patrimônio e a sua transferência para gerações futuras. Enfrentar tais desafios tornou-se uma tarefa obrigatória, a qual a ciência respondeu ao longo das últimas décadas, fornecendo materiais e metodologias inovadores.

Para Fonseca (2005), muito esforço tem sido dedicado as ferramentas de diagnóstico (meios de preservação), onde uma das aplicações é leis e decretos para monitorar, coibir e punir, caso seja danificado o estado de conservação dos edifícios e artefatos. Além disso, medidas preventivas têm sido descritas e implementadas visando minimizar a necessidade de intervenções.

No entanto, os monumentos arquitetônicos e objetos artísticos e históricos irão inevitavelmente degradar-se, exigindo o desenvolvimento contínuo de materiais avançados capazes de contrariar processos específicos de degradação. A formulação sistemática de materiais personalizados e funcionais para proteger, preservar e restaurar a arte representa um desafio aberto na pesquisa, substituindo abordagens fortuitas na prática da restauração<sup>38</sup>.

Vale destacar que Guillen (2014, p. 8) aponta sobre “peça” fundamental, dentre equipes multidisciplinares, que é o estudo do Patrimônio Material, para os inventários de modo específico, contribuindo para compreender a historicidade do bem que está sendo inventariado. Na recepção do tema, o patrimônio deve apontar para os modismos arquitetônicos que tornaram a história cultural como destaque na sociedade.

---

<sup>37</sup> LEGISLAÇÃO BRASILEIRA DE PROTEÇÃO AOS BENS CULTURAIS. MEC, Iphan, 1976. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>, Acesso em maio de 2013.

<sup>38</sup> ANDRADE, R. M. F. de. Brasil: Monumentos históricos e arqueológicos. México, DF, Instituto Panamericano de Geografia e História, Comisión de História, 35, Monumentos Históricos y Arqueológicos III, Publicación núm. 122, 1952.

Os Decretos e Leis da Legislação Estadual de Pernambuco são instrumentos que viabilizam a preservação do patrimônio material, em geral, todo patrimônio cultural brasileiro deve ser protegido constitucionalmente, inseridos dentro de um conjunto de bens de natureza material e imaterial, isolados ou agrupados, carregando à identidade de um local, por meio da memória dos variados grupos formadores da sociedade.

O Mercado Público de São José em Recife-PE, foi um monumento tombado em 1973, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), vale destacar que na segunda metade do século XIX, o Recife tornou-se referência histórica no Brasil, Guillen (2009), aponta a necessidade de evidenciar imagens das transformações do Mercado da cidade.

Dentro deste contexto, pode-se afirmar sobre sua importância histórica, tanto no século XIX, quanto nos dias atuais, para a economia da cidade e pelo seu significado cultural. A localização do Mercado de São José, na sua organização espacial, enquadrado no espaço central da Cidade do Recife-PE, Guillen (2009) destaca sobre um olhar analítico, alguns apontamentos, contando histórias no lugar de memória, no que tange a arquitetura remetendo as edificações europeias, num conceito de espaços livres públicos.

Assim, a Lei n.º 7.970, de 18 de setembro de 1979<sup>39</sup>, institui o tombamento de bens pelo Estado. O Decreto n.º 6.239, de 1 de janeiro de 1980 que regulamenta a Lei n.º 7.970, de 18 de janeiro de 1979, institui o tombamento de bens pelo Estado, e dá outras providências<sup>40</sup>. O Governador do Estado, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 6º, inciso II, da Constituição do Estado, tendo em vista o disposto no artigo 6º, inciso V, da Lei n.º 7832, de 06 de abril de 1979, e no artigo 10, parágrafo único, da Lei n.º 7979, de 18 de setembro de 1979.

Para Fridman et al. (2019) o tombamento é um instrumento significativo para a preservação de um patrimônio, pois lida com um conjunto de ações efetivadas pelo poder público diante da aplicação de uma legislação específica, a fim de preservar bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental, incluindo os sentimentos que um espaço ou monumento significa à uma população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados.

---

<sup>39</sup> ALEPE - Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco. Lei n.º 7.970, de 18 de setembro de 1979. EMENTA: Institui o tombamento de bens pelo estado. Recife, 1979. Disponível em: <https://www.cultura.pe.gov.br/wp-content/uploads/2014/09/Legislacao-Estadual-Material-Lei-n-7970-Decreto-n-6339.pdf>. Acesso em maio de 2023.

<sup>40</sup> ALEPE - Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco. Decreto n.º. 6239 de 1980 EMENTA: Regulamenta a Lei n.º 7.970, de 18 de setembro de 1979, que institui o Tombamento de bens pelo Estado, e dá outras providências. Recife, 1980. Disponível em: <https://www.cultura.pe.gov.br/wp-content/uploads/2013/11/Decreto-6.239-80.pdf>. Acesso em maio de 2023.

Neste contexto, a Legislação específica em Pernambuco que pode proteger o Mercado Público de São José - Recife-PE seria o Decreto nº. 6239/1980, que traz em sua ementa: regulamentar a Lei nº 7.970, de 18 de setembro de 1979, que institui o Tombamento de bens pelo Estado, e dá outras providências. De acordo com o Art. 1º O tombamento de bens pelo Estado de Pernambuco, atendidas as disposições da legislação federal e estadual atinentes à espécie, obedecerá aos termos do presente Decreto (ALEPE, 1980).

Fridman et al. (2019) enfatiza sobre a importância da preservação do Patrimônio Histórico e Artístico, pois a busca desta preservação contribuir para a análise dos desafios impostos pela urbanização nas Cidades do Brasil, como também traz ênfase sobre o papel das Cidades nas políticas públicas de preservação do patrimônio no país. Para os autores, a política nacional de preservação do patrimônio histórico, formalizada desde o primeiro governo de Getúlio Vargas, sobre a gerência do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), em 1937, era apoiado sobre véis ideológicos, na busca pela identidade local, sustentados pela ideia de valores estéticos de mostrar uma “cidade monumento”.

Em se tratando do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, o Art. 2º legislação pernambucana, da Lei nº 7.970 de 1979, dando normativas sobre a proteção à bens imóveis e móveis. Diante da importância da proteção ao Patrimônio Público, referenciado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), em decorrência da adoção de uma perspectiva sobre a conservação dos patrimônios históricos, Fridman et al. (2019) destaca que se deve haver o reconhecimento dos protagonistas na formulação de programas de conservação.

A Legislação de Pernambuco traz um Sistema Estadual de Tombamento que corrobora com as mudanças e seus desdobramentos sobre preservação do patrimônio, de acordo com o Art. 3º e o Art. 5º.

Para Fridman et al. (2019, p. 09) “às propostas modernistas de preservação de edificações e objetos artísticos representativos arquitetônica e culturalmente, também ofereceu uma nova perspectiva ao urbanismo”, prática criadora de uma nova imagem, vitrine ou instrumento da propaganda que favorecia o sentimento de unidade. Na Legislação de Pernambuco, em se tratando da Resolução do Tombamento, para contribuir quanto a preservação do patrimônio, traz o Art. 15 e o Art. 16.

O Plano de Preservação do Patrimônio Cultural do Recife (PPSH, 2020) lida com a Inscrição do Tombamento que inclui uma série de diagnósticos de todas as Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural (ZEPH). A elaboração desses diagnósticos é uma das ações estratégicas do Plano de Preservação do Patrimônio Cultural do Recife, que deve



integrar o sistema de planejamento territorial e urbano da cidade, contribuindo para firmar uma visão de cidade sustentável, inclusiva e de alta qualidade ambiental.

Na Legislação de Pernambuco, em se tratando da Inscrição do Tombamento, para contribuir quanto a preservação do patrimônio, traz o Art. 17 e o Art. 18.

Art. 17 O tombamento será efetivado através da inscrição da resolução de tombamento e do Decreto que a homologou num dos seguintes livros de tomo, de acordo com a natureza do bem tombado: I Livro de Tombo dos bens móveis de valor arqueológico, etnológico, histórico, artístico ou folclórico; II Livro de Tombo de Edifícios e Monumentos isolados; III Livro de Tombo de Conjuntos Urbanos e Sítios Históricos; IV Livro de Tombo de Monumentos, Sítios e Paisagens Naturais; V Livro de Tombo de Cidades, Vilas e Povoados. Parágrafo Único Cada livro de tomo poderá ter vários volumes e cada volume terá suas folhas rubricadas pelo Presidente do Conselho Estadual de Cultura, que lavrará, na primeira e última folha, os termos de abertura e de encerramento (ALEPE, 1979).

Art. 18 Após a inscrição, a Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes comunicará ao Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional os tombamentos efetivados. Parágrafo Único Sempre que for imóvel o bem tombado, far-se-á a idêntica comunicação ao Oficial do Registro de Imóveis e ao Prefeito do respectivo Município (ALEPE, 1979).

Quanto ao Decreto n.º 36.249, de 17 de fevereiro de 2011, no qual altera o Decreto n.º 6.239, de 11 de janeiro de 1980<sup>41</sup>, que regulamenta a Lei n.º 7.970, de 18 de setembro de 1979, que institui o tombamento de bens pelo Estado, e dá outras providências. O Governador do Estado, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 37, inciso IV, da Constituição Estadual, considerando a necessidade de ampliar e transmitir um sistema de referência cultural às gerações futuras e, ao mesmo tempo, incentivar o desenvolvimento sociocultural do Estado; considerando a expansão da responsabilidade dos órgãos de preservação do patrimônio cultural após a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; considerando, finalmente, a imperiosa necessidade de impedir que os bens culturais do Estado sejam desfigurados, degradados ou destruídos.

A Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE)<sup>42</sup> é o órgão executor da Política Cultural do Estado, em todas as suas dimensões e expressões, desenvolvida em bases democráticas.

---

<sup>41</sup> ALEPE - Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco. Decreto n.º 6239 de 1980 EMENTA: Regulamenta a Lei n.º 7.970, de 18 de setembro de 1979, que institui o Tombamento de bens pelo Estado, e dá outras providências. Recife, 1980. Disponível em: <https://www.cultura.pe.gov.br/wp-content/uploads/2013/11/Decreto-6.239-80.pdf>. Acesso em maio de 2023.

<sup>42</sup>FUNDARPE – Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco. A Fundarpe. In: Portal de Cultura da cultura pernambucana. Recife, 2022. Disponível em: <https://www.cultura.pe.gov.br/institucional/a-fundarpe/>. Acesso em junho de 2023.

A Fundarpe (2022) tem como missão a promoção, o apoio, o incentivo, a preservação e a difusão das identidades e produções culturais de Pernambuco de forma estruturadora e sistêmica, focada na inclusão social, na universalização do acesso, na diversidade cultural, na interiorização das ações e no desenvolvimento regional integrado. Criada em 17 de julho de 1973, a Fundação visa, além do incentivo à cultura, a preservação dos monumentos históricos e artísticos de Pernambuco. Faz parte da administração indireta do Estado e está vinculada à secretaria de Cultura.

Dentre as variadas ações na promoção de valorizar e proteger um patrimônio histórico e artístico em Pernambuco, pode-se destacar, em específico as estratégias para tratar a preservação cultural de um patrimônio material. Os patrimônios culturais em Pernambuco, são constituídos por bens materiais e imateriais que se relacionam com a identidade do lugar e a sua memória histórica. Neste sentido, o Governo de Pernambuco tem consolidado como ações estratégicas o reconhecimento, a salvaguarda e o fomento dos diversos bens culturais.

Quanto aos bens materiais tombados em Pernambuco, são 147, sendo que nove deles tiveram seus processos concluídos entre 2007 e 2014. Aos bens materiais protegidos, em 2014, o Governo do Estado atingiu a marca de 2013 bens materiais protegidos. Em se tratando do valor de investimento em obras de restauro (2007-2014), mais de 9 milhões e 800 mil reais. Sobre a quantidade de fiscalização e visitas técnicas (2007-2014), os profissionais de preservação cultural da Fundarpe realizaram, entre 2007 e 2014, um total de 654 fiscalizações e visitas técnicas em bens materiais do Estado (FUNDARPE, 2022).

Vale destacar que o Decreto de n.º 29.111, de 11 de abril de 2006, altera o Decreto n.º 25.315, de 19 de março de 2003, que aprovou o Regulamento da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco - FUNDARPE, e dá outras providências. O Governador do Estado, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 37, incisos II e IV da Constituição Estadual, tendo em vista o disposto na Lei Complementar n.º 49, de 31 de janeiro de 2003, no Decreto n.º 25.315, de 19 de março de 2003, e a necessidade dos serviços<sup>43</sup>.

Quanto ao sistema Estadual de tombamento, a Fundarpe está inserida em Leis e Decretos estaduais, quanto as Políticas Públicas de preservação do patrimônio matéria<sup>44</sup>. Segundo

---

<sup>43</sup>ALEPE – Legislação do Estado de Pernambuco. Altera o Decreto n.º 25.315, de 19 de março de 2003, que aprovou o Regulamento da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco - FUNDARPE, e dá outras providências. Pernambuco, 2003. Disponível em: <https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?tiponorma=6&numero=29111&complemento=0&ano=2006&tipo=&url=>. Acesso em maio de 2023.

<sup>44</sup> LEGISLAÇÃO ESTADUAL DE PERNANBUCO. Decreto n.º 25.315, de 19 de março de 2003. Revogado pelo Decreto n.º 30391/2007. Aprova o regulamento da fundação do patrimônio histórico e artístico de Pernambuco - FUNDARPE, e dá outras providências. Recife, 2023. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/pe/decreto-n>

França (1977), o papel da Fundarpe está ligado a interpretação da legislação na qual as atribuições da Fundação é a de uma instituição técnica de nível estadual que exerce os poderes que o Decreto-Lei Federal nº 25, de 30 de novembro de 1937, estabelece para políticas de salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro.

A Fundarpe tem o papel de responder por pareceres técnicos dos processos de tombamento a nível estadual, pela definição das ações de conservação e restauro dos bens culturais tombados e, sobretudo, fiscalização e a aplicação dos efeitos do tombamento dos bens culturais alocados no território pernambucano, como dispõe o Art. 9º e o Art. 19º.

Vale ressaltar sobre as condições e possibilidades que circundam o objetivo da Fundação, caminhando ao longo dos tempos por sua consolidação e prestígio, como uma instituição técnica de referência na área de restauração de imóveis e promoção de eventos culturais associados ao patrimônio cultural não apenas em território pernambucano, como também, na região Nordeste do Brasil.

## **6 MERCADO DE SÃO JOSÉ E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ENTRE 1989-2021**

A Cidade do Recife, em Pernambuco, desde a construção (1875) do Mercado de São José, seguindo a linha temporal do incêndio (1989), até o processo de revitalização (2021), descreve-se, que no século XIX, do ponto de vista das prioridades políticas, tratou de definir políticas públicas para as áreas de alimentação, cultura e direitos das minorias. Do ponto de vista da cultura política, tratava-se de estimular formas de auto-organização da sociedade e, sobretudo das camadas populares, criando o sentimento e a prática da cidadania participativa dentro do conceito de Mercado Popular.

O Governador de Pernambuco em 1789, D. Tomás José de Melo, insatisfeito e preocupado com o fato de a cidade não contar com um local adequado para a venda de mercadorias, delibera construir entre o terreno dos frades capuchinhos e a praia, em meio a contestações por parte dos frades, um mercado de peixes. Lins 2007 (p. 29), assim coloca, “É o início de um dos maiores e mais tradicionais mercados da capital pernambucana. Denominado inicialmente Ribeira do Peixe ou de São José, o uso o transforma, simplesmente, em Mercado de São José”.

Segundo as historiadoras Guillen, Grillo; Farias (2010, p.10), o bairro de São José: “[...] considerado um bairro eminentemente popular, com suas ruas estreitas e sobrados sóbrios de porta e janela, sofreu durante décadas intervenções públicas que visavam modernizá-lo e higienizá-lo, tornando-o conforme aos padrões pretendidos por uma elite que queria ver o Recife como espelho da modernidade europeia”.

A Cidade do Recife, em 1870, mesmo sendo destaque cultural e econômico no cenário internacional, encontrava-se em desordem social e de higiene, com surtos de epidemias, insalubre, com falta de infraestrutura no saneamento básico e as feiras livres precisavam de melhores condições para seu funcionamento e construção de mercados seria uma possibilidade de organização e transformação urbana da Cidade.

A proposta de construção do Mercado de São José, pela Câmara Municipal do Recife, foi solicitada ao Engenheiro pernambucano João Luiz Victor Lieutier (1819 – 1883), na qual teve como inspiração o Mercado de Grenelle, de Paris. O detalhamento ficou sob a responsabilidade do engenheiro francês Louis Léger Vauthier (1815–1901), que havia sido o autor do projeto do Teatro de Santa Isabel (1850), além de ter ocupado o cargo de Diretor de Obras Públicas do Recife, ele coordenou as obras do mercado, que começaram em 14 de junho de 1872, por determinação do presidente da província de Pernambuco, Henrique Pereira de Lucena (1835–1913) (Guillen, Grillo; Farias, 2010).

Segundo Gaspar (2003), em se tratando de importância histórica para a modernização e embelezamento de uma Cidade, nos moldes europeus, o Mercado Público de São José foi projetado e construído no ano de 1875 (Figura 1).

**Figura 1:** Mercado de São José em 1875



**Fonte:** Manoel Tondella; Photographia Tondella. Recife, Pernambuco/Acervo Fundaj, 2021.

O Mercado de São José era um importante polo de congregação de cantadores, emboladores, literatura de cordel e ponto de encontro de poetas e cronistas como Ascenso Ferreira e o compositor Antônio Maria. Segundo Guillen (2003), o Mercado tinha na sua construção, como objetivo, além de trazer os moldes Europeus, era trazer bons preços e qualidades aos produtos vendidos na feira livre, e, no seu entorno (Figura 2), miudezas, armarinhos e tecidos, reforçando os laços de tradição e memória com esse espaço.

**Figura 2:** Entorno do Mercado de São José – Recife em 1905



**Fonte:** Manoel Tondella; Photographia Tondella. Recife, Pernambuco/Acervo Fundaj, 2021.

O Mercado Público de São José, localizado em frente à Igreja Nossa Senhora da Penha no bairro de São José, substituiu o antigo Mercado da Ribeira do Peixe, foi projetado para reafirmar a necessidade de estruturação de urbanização recifense no qual abrigava, após a sua inauguração, reuniões de cantadores, emboladores, literatura de cordel, cegos, camelos, fotógrafos, engraxates, mulheres da praça, como também servia para encontros de poetas e cronistas, afirma Guillen (2003).

Historicamente, a sociedade recifense na década de vinte<sup>45</sup> representou um marco significativo sobre o antigo e o moderno, trazendo um período comparativo com a fase de construção do Mercado São José (1875) e seus entornos. Os projetos de modernização que atingiram a Cidade, trouxeram destaque espacial urbanística para variadas ruas da Cidade do Recife na década dos anos 20. As ações ditas modernizadoras do governo Sérgio Loreto no período de 1922-26; preocupa-se com o cotidiano da Cidade, igualmente com a necessidade de sanitização de 1875: as modas, a imprensa, o lazer, o cinema, urbanização e dispersão dos transeuntes que se fixavam nas ruas do Recife, eram temas que davam ensejo a estabelecer as relações entre o antigo e o moderno.

Na virada do século XIX para o XX, o Recife, passava por problemas de infraestrutura gerados por esse crescimento populacional: carência de serviços públicos básicos, principalmente com relação a moradia, abastecimento d'água, saneamento e saúde, igualmente no ano de 1875.

Nas primeiras páginas dos Jornais da década dos anos 20, vislumbrava-se como Recife se encontrava, sendo afetada pela realidade política e econômica do Brasil na época, trazendo nas manchetes as principais notícias: a sucessão presidencial, de Getúlio Vargas; o período das prisões por vagabundagem, agressões<sup>46</sup> faziam parte do cotidiano da cidade.

A Cidade do Recife durante o século XX, no pós guerra, na década dos anos 20, trouxe ao seu espaço urbano, uma proposta de modernidade e embelezamento, influenciada pelo estilo europeu do século XIX. A capital de Pernambuco vivenciava um momento em que surtos de epidemias, ambientes insalubres, ausência de infraestrutura no saneamento básico e as feiras livres traziam a falta de higienização.

---

<sup>45</sup> CANCLINI, Nestor García. Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo, EDUSP, 1998, p. 304.

<sup>46</sup> Na coluna, de Polícia e nas Ruas, o Jornal do Comércio destacava a manchete “O quarteto da Covardia”, noticiando as agressões sofridas pelo popular Manuel Avelino dos Santos, pardo de 27 anos, atacado por quatro indivíduos quando passava pela rua de Santa Rita, “os quais lhe vibraram várias cacetadas, no couro cabeludo, evadindo-se após.

Segundo Costa Couceiro (2003, p. 47), a possibilidade de organização e transformação urbana da cidade, nos anos de 1920, foi marcado por agitações que a modernidade e o modernismo traziam da Europa, vindo também nessa década as mudanças culturais, pois passava pelo fim do escravismo, concentração de riquezas, e a formação do autoritarismo herdado pela colonização.

A década de 20 e 30, na Cidade do Recife, foram marcadas, pelas desigualdades e as carências sociais. Nem tudo é descontinuidade. Os anos 1920 nos trazem contradições e permanências. O discurso da modernização ganha relevância desde séculos anteriores, com ritmos variados. É uma longa história, repleta de fantasias e revoluções. A modernidade deixou de ser europeia, na exclusividade, e globalizou-se.

As manifestações religiosas, que são datadas desde a época do Brasil Colônia, percorriam as ruas do Recife, interligando-as com as construções arquitetônicas dos edifícios religiosos, que seguiam os projetos da arquitetura colonial europeia. Vale salientar que esses edifícios trazem, até os dias atuais, disposição do traçado urbano, por causa das praças, becos, vielas e largos, além dos próprios caminhos construídos ao longo dos percursos terrestres e flúvio-marítimos. Os elementos urbanísticos distribuídos na espacialidade do Recife, tornou-se pontos de orientação, provocando harmonia entre as edificações distribuídas na Cidade, caracterizando a disposição espacial do lugar.

Sobre a importância, no processo de transformação da Cidade do Recife, vale destacar o Pátio de São Pedro na década de 30 (Figura 3). De acordo com Köhler (2011, p. 21), as Políticas públicas de regeneração urbana, preservação atuais (Figura 4) do patrimônio e lazer e turismo, atendem aos padrões de intervenção pública e avaliação de resultados quanto ao patrimônio histórico, pois no entorno do pátio, a rotina no Bairro de São José evidencia dinamismo no comércio, com grande fluxo de pessoas.

A catedral de São Pedro dos Clérigos representa um dos patrimônios arquitetônicos religiosos de Pernambuco. Guerra (1970) descreve que a Igreja foi erguida em estilo barroco, após ser estabelecida pela Irmandade de São Pedro dos Clérigos no Recife, Igreja do século XVIII, a sua construção começou em 1728, mas a igreja só pôde ser sagrada no dia 30 de janeiro de 1782.

A Igreja de São Pedro dos Clérigos - 1930 (Figura 3) e 2021 (Figura 4), está posicionada entre becos e vielas, vislumbrando um imponente traçado arquitetônico, encaixado no espaço urbano recifense. Percebe-se, que no decorrer do tempo, o processo urbanístico da Cidade do Recife criava “caminhos” dos percursos da Cidade, que se interligam, para a compreensão da dimensão de seu alcance pelos principais eixos arquitetônicos da cidade. Na identificação e

observação destes percursos, é possível verificar trajetórias integrando casario, igreja e rua num mesmo plano. É possível verificar a interligação de ruas, travessas, vielas e becos com suas interrupções abruptas de direção, ligando praças e largos, elementos significativos na espacialidade da capital pernambucana.

**Figura 3:** Igreja de São Pedro dos Clérigos – Recife e Pátio do mesmo nome (1930)



**Fonte:** Acervo da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), Coleção – Benício Dias. Cód. bd\_000709.

**Figura 4:** Igreja de São Pedro dos Clérigos – Recife/PE e Pátio do mesmo nome (2021)



**Fonte:** Arquivos da Autora (2023).



A espacialidade dos becos e vielas, estão sobre um olhar de quem busca vislumbrar a Cidade em uma perspectiva panorâmica e icônica, dentro do contexto do neossimbolismo. Vale destacar, que alguns “caminhos” dos perímetros tombados ao longo do processo de urbanização recifense foram sofrendo invisibilização, sendo exemplo os becos do bairro de São José, no Centro Histórico do Recife-PE.

Nas extensões do Pátio de São Pedro, os atuais becos, eram calçadas, no tempo do Brasil Colônia, assim, destacam-se: Beco do Veado Branco em 1940 (Figura 5) e Beco do Veado Branco em 2021 (Figura 6), Beco do Marroquim em 1940 (Figura 7), Beco do Marroquim em 2021 (Figura 8) sendo considerados importantes espaços patrimonializados “invisíveis aos olhos” (Vasconcelos; Maciel, 2016).

**Figura 5:** Beco do Veado (1940)



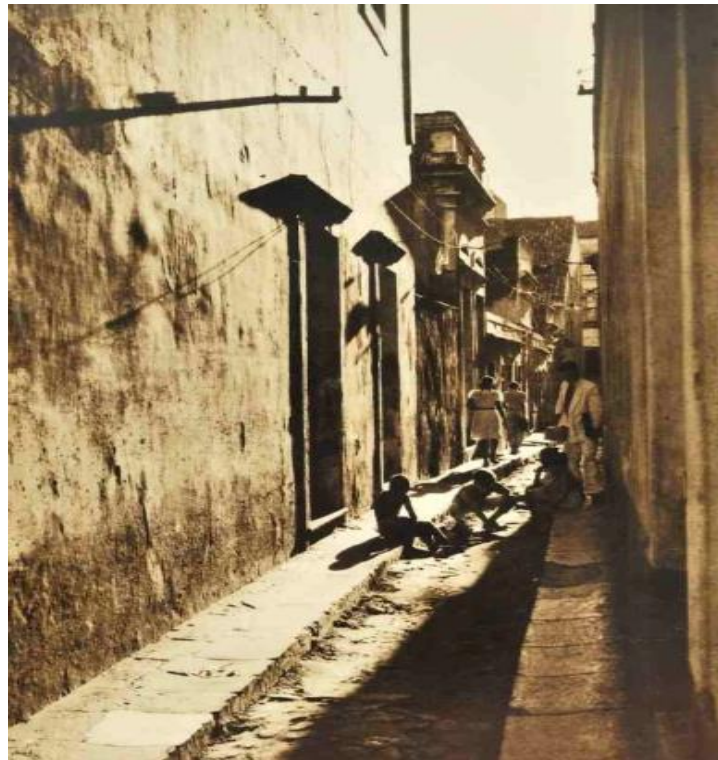
**Fonte:** Acervo da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), Coleção – Benício Dias. Cód.

**Figura 6:** Beco do Veado (2021)



**Fonte:** Arquivos da Autora (2023)

**Figura 7:** Beco do Maroquim (1940)



**Fonte:** Acervo da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), Coleção – Benício Dias. Cód.

**Figura 8:** Beco do Marroquim (2021)



**Fonte:** Arquivos da Autora (2023)

As calçadas do entorno do Mercado de São José têm uma representatividade sobre um “ideal” de padronização urbanística de comércio, atualmente. Contudo, em 1872, este cenário urbano era ocupado por ambulantes, negros forros, escravos e trabalhadores livres, em um espaço sujo e disperso, afirmando os transcritos de Guillen; Grillo; Farias (2010, p. 37-40).

Observa-se que a espacialidade nas construções arquitetônicas, colaborando com diretrizes urbanísticas, intencionalmente construídas, obedecendo o plano vertical, que é perceptível a influência das águas dos rios no ajustamento da cidade às formas e contornos dos espaços sólidos. Recife, por ser uma área insular, obedece aos seus contornos “em forma de ilha”. As construções dos casarios, são geralmente espaços pequenos e de infraestrutura deficiente, sem apresentar reformas estruturais.

A espacialidade de uma Cidade pode assumir uma variedade de significados. Na arquitetura e no urbanismo, deve-se levar em consideração, a cultural, que é aquela transformada pelo homem; e a natural, em que a natureza quase não sofreu alteração causada pelo homem.

Neste contexto, aponta-se para a preservação do monumento arquitetônico histórico (Mercado de São José – Recife/PE), mesmo com as mudanças comerciais do entorno, mantendo a conservação, tanto na arquitetura, como em sua funcionalidade, como também as atividades religiosas. Assim, vale destacar o Mercado das Ervas (Figura 9), agora localizada no Entorno do Mercado São José, que foi realocado próximo ao equipamento público, onde anteriormente funcionava dentro do próprio Mercado. Vários vendedores de ervas medicinais, especiarias, temperos, grãos e cereais que tinham barracas nas proximidades do mercado foram transferidos para um anexo entre as ruas do Porão e Padre Muniz.

**Figura 9:** Mercado das Ervas (2023)



**Fonte:** Arquivos da Autora (2023)

Guerra (1970) descreve que a construção da igreja em Recife, cuja patrona seria Nossa Senhora do Livramento, remota de 1694 (Figura 10), onde foi levantada uma pequena igreja na horta da Igreja de São Pedro dos Clérigos. Em Recife, a devoção a Nossa Senhora do Livramento partiu da irmandade dos pardos, não sendo dado histórico comprovado, que esse nome se deu por causa da libertação de algum jugo escravagista, ficando, assim, “Igreja da Nossa Senhora do Livramento dos Homens Pardos” atualmente (Figura 11).

Sobre uma cronologia histórica relevante, de 1734 a 1743, Guerra (1970) retrata que ocorreu uma nova reforma na igreja, mantendo, contudo, o seu aspecto modesto. Em 1830, a irmandade dos homens pardos decidiu demolir boa parte da igreja primitiva e construir uma maior. A finalização da obra se deu em 1856, quando foi concluída a torre.

**Figura 10:** Igreja do Livramento e Rua do mesmo nome– Recife (1904)



**Fonte:** Acervo da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), Coleção - Josebias Bandeira. Cód. jb\_001140.

**Figura 11:** Igreja do Livramento e Rua do mesmo nome – Recife (2021)



**Fonte:** Arquivos da Autora (2023)

O espaço urbano recifense não é definido apenas com a elaboração dos projetos arquitetônicos de patrimônios culturais, mais generosamente de jardins, praças, plantio de algumas mudas de plantas em determinados locais, iluminação. Sua espacialidade permite a concepção que abrange uma definição que pode ser sintetizada como sendo a construção que gera uma transformação no espaço livre urbano, distribuindo avenidas, ruas, passeios, vielas, pátios, largos, com presença efetiva de vegetação nos parques, praças e jardins.

Vale destacar, dentre as distribuições urbanísticas patrimoniais, a que faz parte da coletânea de igrejas barrocas, apresentando estilo neorrenascentista. - Basílica de Nossa

Senhora da Penha (Figura 12), em Recife-PE. O surgimento da Basílica da Penha prove dos tempos das Capitanias Hereditárias, quando o conde holandês Maurício de Nassau, então governador, acolheu os primeiros missionários capuchinhos franceses em Pernambuco, em 1642.

Posteriormente, os capuchinhos receberam a doação de um vasto sítio e construíram um hospício e uma igreja. Em 1870, o arquiteto capuchinho de Vêneto (Itália), Frei Francesco Maria Di Vicenza, comandou a demolição da antiga Igreja da Penha, sendo erguida a atual Basílica da Penha (Figura 13), em 1882.

**Figura 12:** Igreja Nossa Senhora da Penha (1905)



**Fonte:** Acervo da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), Coleção - Manoel Tondella. Cód. mt\_000059.

**Figura 13:** Basílica Nossa Senhora da Penha, Recife-PE (2021)



**Fonte:** Arquivos da Autora (2023)

Neste contexto, trazer as políticas públicas de preservação é fundamental para conservação da memória histórica e da identidade de uma cidade. Percebe-se, que na construção da história do Mercado de São José, fica-se “preso” a espacialidade, a evolução arquitetônica e urbanística da Cidade do Recife, evidenciada pela constatação que os primeiros espaços livres públicos urbanos surgiram no entorno das igrejas. Ao seu redor, foram construídos os edifícios públicos, palacetes e comércio servindo como local de convivência coletiva da comunidade. A forma urbana influenciou o traçado dos logradouros públicos.

Em destaque, como objeto de estudo, dentre as transformações urbanística da Cidade do Recife-PE, destaca-se o Mercado Público de São José, o mais antigo edifício em ferro existente no Brasil e também, provavelmente o que primeiro que foi projetado nos moldes europeus no país”, Geraldo Gomes (1984, p. 09) aponta que tratou-se de um plano de construção do Mercado como uma imitação dos novos mercados da Europa e traz o relatório de Vauthier, no Jornal do Recife em 1871, que traz a notícia de ter sido escolhido e aprovado por uma comissão, a planta desenhada pelo engenheiro coordenador da repartição.

Dentro da visão de espacialidade, o entorno do Mercado São José, praças, becos, travessas e a manifestação da cultura popular nesse espaço, (Figura 14) retratava a vida cotidiana e agitada do Mercado, despertou o interesse para realizar uma análise, através dos registros fotográficos disponíveis. Segundo Souza (1977, p.16) “A história dos cantadores e folhetistas da Praça do Mercado de São José é a própria história da literatura de cordel nordestina”.

**Figura 14:** Retrato da vida cotidiana e agitada do entorno do Mercado de São José – Recife/PE



**Fonte:** Iconografia do Museu da Cidade do Recife. Fotos José Cesio Regueira Costa (01318) - 1961

Em se tratando de sociabilidade (Figura 15), na qual envolvia os transeuntes frequentadores do entorno do Mercado de São José, Liêdo Maranhão (1977) descreve que quase todos os poetas de cordel passaram pela praça do entorno do Mercado, e ali fizeram suas rodas de cantoria. Pessoas que vinham do interior para sociabilizar na cidade grande, ficavam atônicos com as histórias dos cordéis.

**Figura 15:** Retrato da sociabilidade no entorno do Mercado de São José – Recife/PE



**Fonte:** Iconografia do Museu da Cidade do Recife. Fotos José Cesio Regueira Costa (01318) - 1961

Pode-se destacar, que na década dos anos 70, o entorno do Mercado, rodeado por mulheres “da vida”, cantoria, as ervas, garrafadas milagrosas, peixes, artesanatos, frutas e verduras. O entorno, também marcado pela “malandragem”, havia uma disposição espacial aos frequentadores do entorno do Mercado que ficava possível contemplar a fachada da Igreja da Penha.

Ocorria que, como muitas outras cidades brasileiras nos meados do século XX em diante, o Recife assistiu à inauguração de vários melhoramentos urbanos e começou a desfrutar os proveitos dos serviços públicos até então desconhecidos. A implantação, no Recife, de melhoramentos urbanos nos setores de infraestrutura, como o calçamento das ruas, a coleta regular de lixo, a iluminação, o embelezamento de praças, a melhoria nos transportes e o início da reforma do Porto e do Bairro do Recife, começou a tornar o espaço das ruas convidativo, e assim, o Mercado já estava apresentando ordenação dos comerciantes (Figura 16), sem mais a falta de higienização que ocorria no entorno antes da sua inauguração.



**Figura 16:** Higienização do comércio no interior do Mercado de São José – Recife/PE 1961



**Fonte:** Iconografia do Museu da Cidade do Recife. Fotos A.B. (00068) - 1961.

No início do século XX, Barros (1985, p. 180) apontou que a modernização na Cidade do Recife, era carregada de oportunidades de trabalho oferecidas atraíram também outras parcelas da população. Migrantes vindos de diferentes áreas, e por motivos diversos, transformaram o panorama demográfico do Recife, desencadeando um processo de mudança nos padrões de convívio e nas relações sociais entre os seus habitantes, marcado principalmente pela organização comercial do Mercado (Figura 17).

**Figura 17:** Organização comercial do Mercado de São José – Recife/PE em 1961



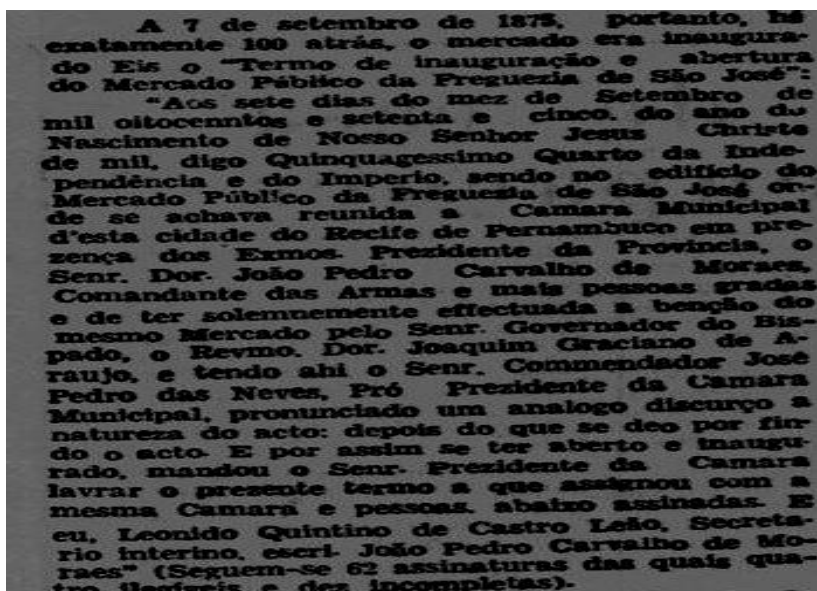
**Fonte:** Iconografia do Museu da Cidade do Recife. Fotos A.B. (00068) - 1961.

Araújo (1993, p, 37) destaca também que no Recife as antigas hierarquias foram rompidas, referências e modelos de convivência foram alterados, fazendo com que o espaço da cidade aparecesse diante das famílias como um lugar rodeado de perigos reais e imaginários, onde o conflito e a desordem imperavam. Na década de 20 no Recife, também foi marcada por instituições de classe, clubes desportivos, blocos carnavalescos, estabelecimentos comerciais e instituições diversas.

Podemos trazer uma síntese da força do mercado para uma cidade e sua população quando reforça que “eles não são apenas um lugar de troca de mercadoria e sim um espaço de convívio e relações” e vemos hoje essa mesma interação da população com os mercados públicos, virando até um ponto de encontro de várias gerações, apesar das modernas instalações de supermercados e centros comerciais modernos. E, por sua instalação nos centros históricos, fazem parte do patrimônio da cidade, assumindo dupla função, a artística e a comercial.

Houve, dentre várias reformas, a Reinauguração do Mercado de São José em (1975), sendo feito um Termo de inauguração e abertura do Mercado de São José (Figura 18) (Diário de Pernambuco, 7 de setembro de 1975)<sup>47</sup>.

**Figura 18:** Termo de inauguração e abertura do Mercado de São José



Fonte: Diário de Pernambuco, 7 de setembro de 1975

Os locais de comércio de alimentos teriam que atender as novas diretrizes a partir da retirada das ruas de mascates, ambulantes e feiras. Assim, a construção do mercado, segundo Guillen; Grillo; Farias (2010, p. 17), “representaria o ideal de organização e padronização de

<sup>47</sup> DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Publicações entre 1870-1879. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=029033\\_05&pagfis=13527](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=029033_05&pagfis=13527). Acesso em junho de 2023.

um comércio que, antes, se encontrava disperso em forma de comércio ambulante, realizado por negros forros, escravos e trabalhadores livres”. Le Goff (1990, p. 18) enfatiza que a “concepção documental da história humana convida historiadores a pensarem que a parte central e essencial da história é a história social”.

Dentro do conceito de espacialidade, o Mercado Público de uma Cidade:

Fenômenos econômicos sociais muito antigos e já eram conhecidas dos Gregos e Romanos. Entre os Romanos, por causa das implicações de ordem pública que as feiras tinham, estabeleceu-se que as regras de sua criação e funcionamento dependiam da intervenção e garantia do estado. O papel das feiras tornou-se verdadeiramente importante a partir da chamada revolução comercial, ou seja, do século XI. Daí em diante, seu número foi sempre aumentando até o século XIII (ENCICLOPÉDIA LUSO-BRASILEIRA - 1995, pg. 502).

Os espaços livres públicos contidos no entorno do Mercado São José, na Cidade do Recife, possuem uma variedade de Pátios, espaços que foram se definindo a partir da construção de edifícios com arquitetura expressiva, seja igreja ou casario antigo, tendo como função principal propiciar encontros sociais. O mercado público de uma Cidade deve trazer o conhecimento dos costumes da própria região. A feira livre, por exemplo, dá-se uma mistura de crenças, convicções ideológicas, estilos e status onde, sem dúvida, a assimilação do novo é constante, dentro da espacialidade urbana.

O mercado público, constitui-se um espaço privilegiado onde são vivenciados, exercitados e atualizados os elementos que compõem este modo de ser sertanejo, inconfundível no seu falar característico, no gestual e no trajar próprio, bem como, nos seus hábitos tradicionais de consumo, estabelecendo aí uma espécie de território da cultura sertaneja, que se irradiava para sua comunidade.

Diante de transformações acarretadas pelo processo na estrutura produtiva, política e social da Cidade, o Mercado de São José, evidencia sua importância quanto ao conceito de espaço urbano, pois está relacionado com a História e a Memória do lugar (Recife). Por outro lado, revelam as rupturas na economia e na política, denotando uma nova forma de pensar a sociedade, o espaço e a produção.

Para Guillen; Grillo; Farias (2010) trazer a História e Memória de um patrimônio material, deve evocar, pois, uma combinação sequencial de desmoronamento e reconstruções, do Mercado de São José, desde 1875 (data de inauguração), de desconstrução e tentativas de reconstituição, pois para Soja (1993, p. 193) essas tentativas são “provenientes de algumas tendências ou perturbações nos sistemas de ação e de pensamento aceitos de mercado como monumento cultural”.

A reestruturação não é um processo mecânico ou automático, nem tampouco seus resultados e possibilidades potenciais são predeterminados. Em sua hierarquia de manifestações, a reestruturação deve ser considerada originária e reativa a graves choques nas situações e práticas sociais preexistentes, e desencadeadoras de uma intensificação de lutas competitivas pelo controle das forças que configuram a vida material. Assim, ela implica fluxo e transição, posturas ofensivas e defensivas, e uma complexa e irresoluta de continuidade e mudança (SOJA, 1993, p. 194).

É comum haver uma associação entre o processo de estruturação urbana e as mudanças na estrutura produtiva na construção de um mercado numa Cidade, pelas quais passou a sociedade, em âmbito mundial, a partir da década de 1970. Guillen (2014) e Harvey (2004) entendem que a presença de um Mercado como patrimônio, desde a sua inauguração, deve trazer para o entorno: a lógica da produção industrial, o papel do Estado na política e economia nacionais, a atuação do capital financeiro e as relações de trabalho no processo de produção.

Desde a construção do Mercado de São José, algumas reformas foram necessárias para destacar sua importância histórica e aplicação das políticas de preservação do patrimônio, como a de 1906 e de 1941, colocados os cobogós de cimento, em substituição às venezianas de madeira e vidro, modificando a sua feição original, não alterando a estrutura de ferro (Figura 19).

**Figura 19:** Cobogós de cimento em substituição às venezianas após a década de 40



**Fonte:** Arquivos da própria Autora (2023)

Na década de 80, as instalações elétricas foram reformadas (Diário de Pernambuco, 4 de janeiro de 1980). A estrutura do edifício foi danificada por um incêndio (Figura 20) em novembro de 1989 (Diário de Pernambuco, 30 de novembro de 1989)<sup>48</sup>, sendo recuperado, em

<sup>48</sup> DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Publicações de 1989. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/pagfis=0>. Acesso em junho de 2023.

1993-1994 (Figura 21). Foram conservados detalhes em *art-nouveau*, como as bicas do telhado em forma de animais.

**Figura 20:** Notícia do incêndio do Mercado de São José em 1989



Fonte: Diário de Pernambuco, 30 de novembro de 1989

**Figura 21:** Estruturas do Mercado de São José após sofrer um incêndio em 1989



Fonte: Diário de Pernambuco, 30 de novembro de 1989.

Na busca por subsídios que levem a construção do reconhecimento e da valorização de patrimônios históricos como o Mercado Público de São José, desde o período colonial até os dias atuais, deve-se promover a reflexão da tradução dos preceitos sobre mecanismos ideológicos e político ligada a história e a preservação, afirma Köhler (2013).

O campo de conhecimento acerca da relação histórica entre o social e a política no Brasil foi construído no período da Brasil colônia com influência de outras culturas. Neste contexto, a promoção do reconhecimento histórico a partir das demandas sociais, o Mercado Público de São José também deve trazer uma reflexão sobre as políticas de preservação, compreendendo o embasamento de cunho comercial atualmente, como também, numa análise respaldada na cultura popular, por ser um espaço público de importância para o desenvolvimento do Município.

Segundo Santos (2008); Guillen (2009) e Guillen (2014), o fenômeno de construção de Mercados como identidade cultural, a partir de fatores históricos e memória coletiva, é visto, desde os países mais desenvolvidos aos mais pobres, como diferentes mecanismos e repercussões. Compreender o processo de necessidade de reestruturação do Mercado de São José deve ter como resultado, o condicionante da emergência de uma nova fase no desenvolvimento, não apenas capitalista, mais cultural, dentro de um contexto histórico.

A Figura 22 dispõe sobre a atual condição do Mercado São José/Recife, diante da necessidade de reforma do Mercado, proposto pelo Iphan para ser executado pela da Prefeitura do Recife, com o objetivo de aproximar o equipamento ao projeto original de 1875.

**Figura 22:** Mercado de São José – Recife/PE (2021)



**Fonte:** <http://falhistoria.blogspot.com>

O Iphan alega que a reestruturação, não só trará uma manutenção adequada mais também trará para o espaço, proximidades ao projeto inicial, de 1875. O Iphan afirmar o que é expresso por Le Goff (1990), a necessidade de trazer a um povo sobre História e Memória coletiva.

Sobre a responsabilidade da Autarquia de Urbanização do Recife (URB), ao JC online (2022), o Engenheiro projetista de reforma do Mercado de São José, L'amour, afirma sobre a preservação dos boxes que já existem. As intervenções surgem para atender às novas necessidades, e as políticas de preservação do patrimônio histórico, devendo ser trabalhado em dois aspectos: restauração da estrutura metálica, do século 19, e a reforma dos boxes, que já estão descaracterizados. Existe a falta de organização (Figura 23), de padronização e de uso de itens de higiene pelos comerciantes, apontadas pela URB, descrito pela reportagem da JC online (2022).

**Figura 23:** Mercado de São José Recife/PE (2021)



**Fonte:** Arquivos da Autora (2023)

Trazer a memória a história de um lugar, para os historiadores, significa levar conhecimento histórico, e no que se refere a história de um Mercado, ele fora antes, espaços livres públicos urbanos, que surgem no entorno de igrejas, no qual, geralmente são construídos edifícios públicos, palacetes e comércio, servindo como local de convivência coletiva da comunidade. Neste sentido, é de extrema importância para os projetos de arquitetura e urbanismo que desejam reproduzir a estrutura original, procurando cumprir com a construção de um espaço livre público. A construção arquitetônica de um mercado, deve ter dentro da estratégia de planejamentos urbanos, a sociabilidade da vida humana, convidando os usuários, a trazer uma memória histórica do lugar.

Guillen (2014, p. 639) quando menciona Patrimônio e história, quanto o papel do historiador, aponta Pierre Nora, quando a Autora menciona a necessidade de encontrar a história

e a memória. Pierre Nora, traz um entendimento entre a metáfora “aceleração da história”, Nora (1993, p. 06), aponta para uma espécie de esfacelamento na memória, ou seja, um processo que emerge residualidades registradas em determinados locais, visto que: “Há locais de memória porque não há mais meios de memória”.



## 7 APRESENTAÇÃO DO PRODUTO

Para elaboração e aplicação do Produto do Relatório de Mestrado em História, o Roteiro Cultural, dentre as suas variadas tipologias, (faixa etária, aspectos geográficos, motivação, condições socioeconômicas, dentre outros), optamos por elaborar sobre interesses culturais, abarcando patrimônios históricos material e imaterial do Bairro de São José Recife/PE, o entorno, até chegar ao Mercado São José em Recife/PE, o objeto do estudo. O formato de Roteiro Cultural, será apresentado: tipo de papel - couchê 200g; laminação - brilho; dobra - tipo carteira; disposta em frente e verso; tamanho 60x21cm, na forma digital.

O Roteiro Cultural, é visto como um método adequado para fazer uma distribuição ordeira e orientada, dos principais pontos culturais de uma Cidade e/ou Região, perfazendo uma área geográfica, podendo ser usado a terminologia de circuito, excursão, itinerário e pacote cultural (Brambatti, 2002).

Segundo Richter (2016), um Roteiro Cultural é constituído por variados pontos de atrações, correlacionando com um percurso. Para a finalidade do Roteiro Cultural, que disponibilizaremos, a tipologia trata-se de interesses culturais, sem levar em consideração as condições socioeconômicas e faixa etária.

A elaboração do Roteiro Cultural, para cumprir a proposta do Produto do Relatório do Mestrado, segue o espaço geográfico, dos principais Patrimônios históricos material e imaterial do entorno do Mercado São José: Pátio e Igreja de São Pedro dos Clérigos; Beco do Veado Branco e Beco do Marroquino; Rua e Igreja da Nossa Senhora do Livramento dos Homens Pardos; Basílica de Nossa Senhora da Penha; Mercado das Ervas, até a chegada no objeto do estudo – Mercado de São José, com o relato da sua trajetória histórica, como sua construção e reformas, visando a preservação do patrimônio arquitetônico, para uma demanda específica – história e Memória.

Trazer um percurso, dentro da espacialidade da Cidade do Recife, de acordo com Liêdo Maranhão (1977, p. 16), promove a memória histórica da sociabilidade marcada na década de 50, no entorno do Mercado São José: “A história dos cantadores e folhetistas da Praça do Mercado de São José é a própria história da literatura de cordel nordestina”.

Assim, cada “caminho” dos percursos mencionados pelo Roteiro Cultural, em Recife, se interligam, para a compreensão da dimensão de seu alcance, pelos principais eixos arquitetônicos e urbanísticos da Cidade histórica do Recife.

Vale destacar o que Michel de Certeau (1985) afirma: o espaço sem pessoas, ele é um espaço inerte, é um espaço que não tem muito sentido. Nas relações sociais que se desenrolam

nesses espaços urbanos estão envolvidos as igrejas e o comércio do entorno do Mercado; as sociabilidades de trocas que coexistem e são simbólicas, trocas que estão nas relações entre pessoas e não necessariamente as trocas materiais.

A construção de um Roteiro Cultural deve ser considerada como formas textuais estabilizadas, histórica e socialmente situadas. As fotografias apresentam funções sócio comunicativas específicas e, portanto, pode ser considerado um gênero textual. Para trazer uma análise discursiva com fotos, para compor o Roteiro, colabora, para esse desencadeamento, aspectos como a mundialização, massificação e descolonização interior. Ginzburg (1989), reflete como o historiador deve proceder suas investigações, coletas de dados e análise até chegar a uma narrativa e faz comparações entre o historiador e outros “artífices”:

Nesse contexto, demonstrar através de fotos, o Mercado de São José e seu entorno, desde o século XIX até os dias atuais, é refletir sobre as transformações das cidades, sendo importante para trazer a memória coletiva, acontecimentos históricos, sendo os monumentos históricos, com tentativas dos poderes públicos em trazer modernidade, para camuflar a miséria e a desorganização social.

Quanto a concepção da confecção de um Roteiro Cultural, para caracterizar o produto do relatório, trata da possibilidade de se promover a tríade história, patrimônio e turismo, no âmbito formal e não formal, com a utilização de um material paradidático digital, direcionado ao turista e população em geral da Cidade do Recife, ou seja, aos interessados na historiografia do Mercado de São José e seu entorno, sendo estes o público-alvo estabelecido para serem alcançados pelo Roteiro Cultural, que poderão adquiri-lo no site da prefeitura do Recife, na sessão de Turismo, devendo este colaborar com a divulgação das potencialidades turísticas do Mercado.

A utilização do Roteiro Cultural objetiva trazer a chamada “Popularização da História”, que é uma estratégia utilizada para transpor o conhecimento, neste sentido do estudo, o conhecimento histórico de um lugar e os sujeitos que fizeram parte da história desse lugar, contadas por historiadores.

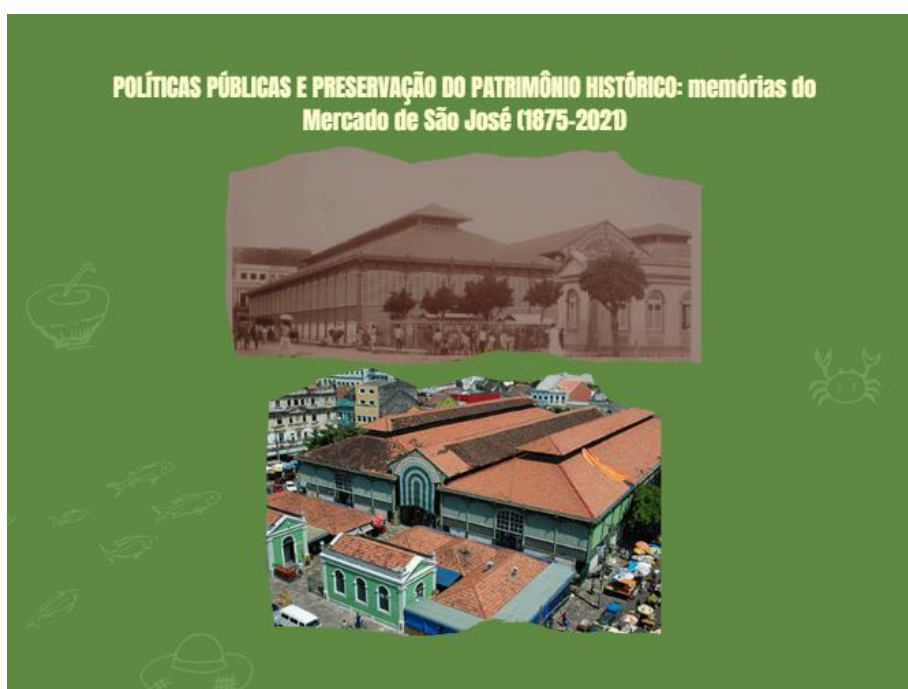
Neste contexto, a elaboração de materiais de divulgação, se caracteriza por trazer a memória símbolos, quanto aos patrimônios de uma região, na qual, no contexto histórico, Hartog (2013, p. 37) enfatiza que: “deve-se perpetuar informações históricas para as gerações futuras, a fim de trazer o entendimento em seu próprio tempo”. Em se tratando da história e cultura o Roteiro Cultural, expondo fotografias de datas próximas as suas fundações e os dias atuais, segundo Rabelo et al. (2015, p. 11), “visa tornar determinadas temáticas atrativas ao público-alvo, contribuindo para o conhecimento e memória no âmbito científico e social”.

A produção e divulgação de um Roteiro Cultural, de cunho paradidático, utilizando tecnologia digital (QRcod), código de barras bidimensional codificado com dados, mostrando um percurso viável, para trazer informação acerca de questões históricas, tendo como base os resultados de pesquisas realizadas *in loco*. Trata-se de um Roteiro sobre elementos que contam a história da construção e reconstrução do Mercado de São José, juntamente com os achados, trazendo imagens iconográficas com fontes fornecidas pelo IPHAN e pela FUNDAJ e com os registros da própria autora, o potencial histórico e cultural do Patrimônio Arquitetônico.


Para a elaboração do Roteiro Cultural, os dados foram obtidos de uma análise qualitativa, na qual se fez pesquisas bibliográficas e iconográfica sobre a temática de preservação do patrimônio arquitetônico (Mercado de São José Recife-PE) e sua espacialidade juntamente com o a sociabilização do Entorno.

As ilustrações, paletas de cores, identidade e layout, foram elaboradas por um designer gráfico, trabalhando com elementos lúdicos e históricos do Mercado São José e do entorno (Pátio de São Pedro, Becos do Veado e Marroquim, Igreja do Livramento e Igreja da Penha). Para a diagramação foi utilizado um Programa editor de imagens, CANVA, plataforma digital, para a criação de imagens e vídeos animação, a partir de pixels. Segue sequência ilustrativa da confecção do Roteiro Cultural.

Na sequência 1, é apresentado a capa do Roteiro com o Título do Relatório do Mestrado que trata como objeto de pesquisa o Mercado de São José-Recife.



Na sequência 2 a descrição do expediente da Universidade Católica de Pernambuco e do Programa de Pós Graduação Mestrado.



**PROGRAMA DE  
PÓS-GRADUAÇÃO  
EM HISTÓRIA-UNICAP**

Universidade Católica de Pernambuco  
Centro de Teologia e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em História

**Ficha Técnica**

<p><b>Reitor</b> Pe. Pedro Rubens Ferreira Oliveira</p> <p><b>Vice-reitor</b> Pe. Lúcio Flávio Ribeiro Cirne</p> <p><b>Coordenador do Programa de Pós- Graduação - Mestrado História (Profissional)</b> Prof. Dr. Helder Remígio de Amorim</p> <p><b>Orientadora</b> Prof.ª Dr.ª Ana Cláudia de Araújo Santos Universidade Católica de Pernambuco – PPGH/UNICAP</p> <p><b>Membro Externo</b> Prof.º Dr.º Hugo Menezes Neto Universidade Católica de Pernambuco – PPGH/UNICAP</p>	<p><b>Prof.º Dr.º Membro Interno</b> Helder Remígio de Amorim Universidade Católica de Pernambuco – PPGH/UNICAP</p> <p><b>Créditos das imagens fotográficas</b> Rosa Zarela</p> <p><b>Design Gráfico</b> Brito's Serviços</p>
--	---

Recife, 2023.

Rua do Príncipe, 526 - Boa Vista, Recife - PE, 50050-900; Telefone: Fone: (081) 2119 - 4369. Endereço eletrônico: ppg@unicap.br

Na Sequência 3 um texto introdutório da apresentação do Roteiro Cultural.

**“Políticas públicas e preservação do patrimônio histórico: memórias do Mercado de São José ( 1989-2021 )**

**APRESENTAÇÃO**

**Na busca por subsídios que levem a construção do reconhecimento e da valorização de patrimônios históricos, é com enorme satisfação que apresento o presente Roteiro Cultural, intitulado “Políticas públicas e preservação do patrimônio histórico: memórias do Mercado de São José ( 1989-2021 )**, na qual aponta para o estudo das Políticas Públicas e Preservação do Patrimônio Histórico”, enquanto se é mencionada a história do Mercado de São José, Recife/PE, entre 1989-2021, foi norteado e desenvolvido na linha de pesquisa Sociedade, Patrimônio e Memória.

O Mercado não é único no objeto para tratar sobre preservação do patrimônio, os espaços patrimonizados, onde está inserido o seu entorno, foi incluído na rota traçada pela autora (Pátio de São Pedro e Igreja, Becos do veado e Marroquim, Igreja do Livramento, Mercado das Ervas, Igreja da Penha e o Mercado de São José, ponto final do percurso delimitado.

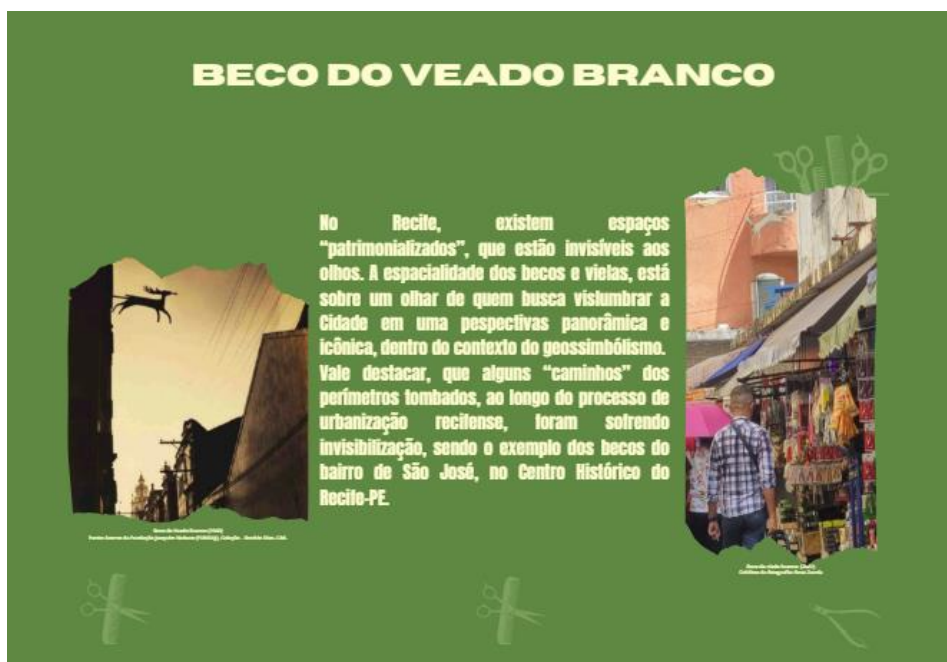
O tema da presente pesquisa será desenvolvido sobre a historiografia e arquitetura (1989-2021) do Mercado Público de São José, através da abordagem iconográfica apresentado, na construção do reconhecimento e da valorização do patrimônio histórico.

Tomando por contexto de reflexão, dialogando com as ideias de Le Goff, a crise sobre a ausência da “relação” - História e Memória, é refletida quando atualmente os Comerciantes, alojados no Mercado São José, expressam receio com reforma que aproximará o Mercado de São José, no Centro do Recife, ao projeto original (Fundação do Mercado em 1875).

Na sequência 4 uma breve menção do início do caminho do descrito no Roteiro – Igreja de São Pedro dos Clérigos e seu Pátio.



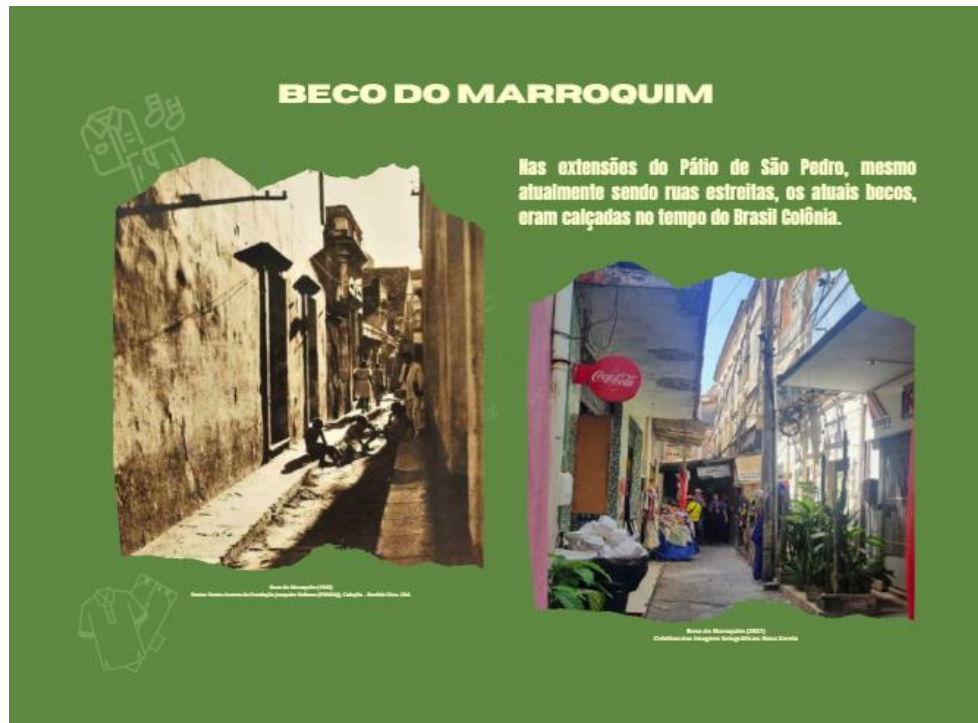
Na sequência 5 a menção de um dos espaços “patrimonizados” não oficiais do Recife - o Beco do Veado.



Na sequência 6 a menção da igreja Nossa Senhora do Livramento.



Na sequência 7 a outra menção escolhida de um dos espaços “patrimonizados” não oficiais do Recife - o Beco do Marroquim.



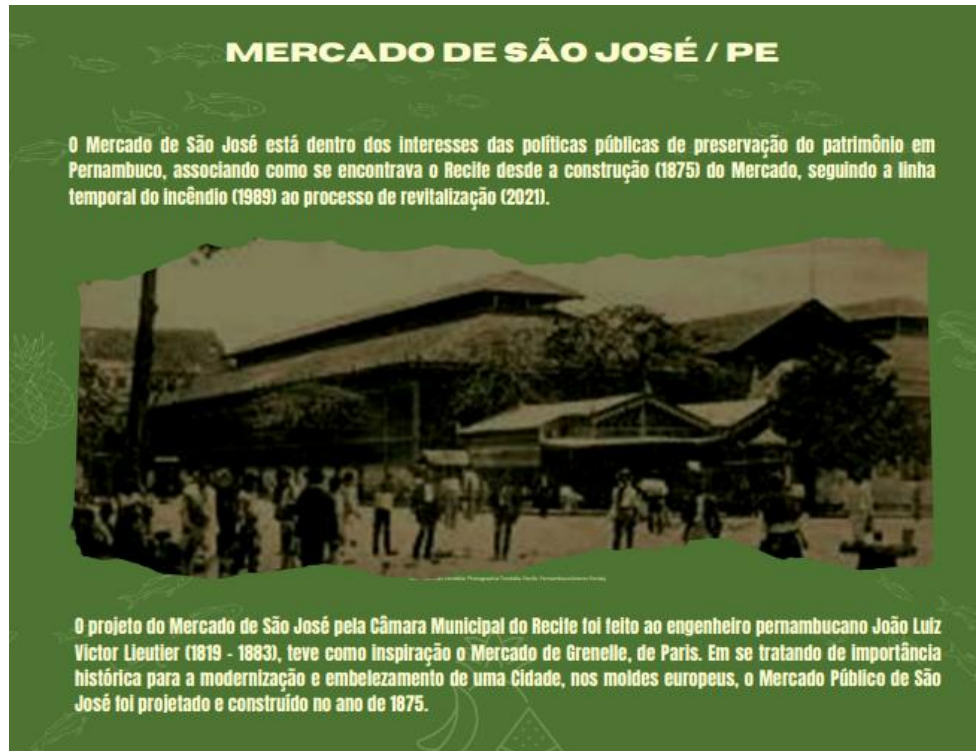
Na sequência 8 a menção do Mercado das ervas, que recentemente está em um prédio anexo.



Na sequência 9 a menção da Basílica de Nossa Senhora da Penha como parte da trajetória do Roteiro.



Na sequência 10 uma breve menção sobre a história inicial do Mercado de São José – Recife/PE.



Na sequência 11 a continuidade da historicidade do entorno do Mercado, agregando sociabilização do início do século.



Na sequência 12 imagens da organização comercial do Mercado em outras décadas.





Na sequência 13 a imagem do documento de reinauguração do Mercado de São José em 1875.

Houve, dentre várias reformas, a reinauguração do Mercado de São José em (1975), sendo feito um Termo de inauguração e abertura do Mercado de São José: Os locais de comércio de alimentos teriam que atender as novas diretrizes a partir da retirada das ruas de mascates, ambulantes e feiras.

A 7 de setembro de 1875, portanto, há exatamente 100 atrás, o mercado era inaugurado e a abertura do Mercado Público da Freguesia de São José: "Aos sete dias do mês de Setembro de mil oitocentas e setenta e cinco, do ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil, digo Quinquagésimo Quarto da Independência e do Imperio, sendo no edificio do Mercado Público da Freguesia de São José City de se achava reunida a Camara Municipal d'esta cidade do Recife de Pernambuco em presença dos Exmos. Presidente da Provincia, o Senr. Dor. João Pedro Carvalho de Moraes, Comandante das Armas e mais pessoas gradas e de ter solemnemente effectuada a benção do mesmo Mercado pelo Senr. Governador do Estado, e Revmo. Dor. Joaquim Graciano de A-pado, e tendo ali o Senr. Comendador José Pedro das Neves, Pró Presidente da Camara Municipal, pronunciado um analogo discurso a natureza do acto: depois do que se deo por fír do o acto. E por assim se ter aberto e inaugurado, mandou o Senr. Presidente da Camara lavrar o presente termo a que assignou com a mesma Camara e pessoas, abaixo assinadas. Eu, Leonido Quintino de Castro Leão, Secretario Interino, escri. João Pedro Carvalho de Moraes" (Seguem-se 62 assinaturas das quais quatro ilegíveis e des incompletas).

[1] DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Publicações entre 1870-1879. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=029033\\_05&pagfis=13527](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=029033_05&pagfis=13527). Acesso em junho de 2023

Na sequência 14 menção do incêndio em 1989.

Desde a construção do Mercado de São José algumas reformas foram necessárias para destacar sua importância histórica e aplicação das políticas de preservação do patrimônio, como a de 1906 e de 1941, colocando os cobogós de cimento, em substituição às venezianas de madeira e vidro, modificando a sua feição original, não alterando a estrutura de ferro. Na década de 80, as instalações elétricas foram reformadas. A estrutura do edifício foi danificada por um incêndio em novembro de 1989<sup>1</sup>, sendo recuperado, em 1993-1994. Foram conservados detalhes em art-nouveau, como as bicas do telhado em forma de animais.



[1] DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Publicações de 1989. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/pagfis=0>. Acesso em junho de 2023.

Na sequência 15 a imagem atual do Mercado de São José.

## Mercado São José/Recife

Atualmente, existe a necessidade da reforma do Mercado, proposta da Prefeitura do Recife. O Iphan alega que a reestruturação, não só trará uma manutenção adequada mais também trará para o espaço, proximidades ao projeto inicial, de 1875. O Iphan afirma o que é expresso por Le Goff (1990), a necessidade de trazer a um povo sobre História e Memória coletiva.



Na sequência 16 o mapa do Roteiro traçado.



Na sequência 17 o QRcod para a visualização animada do Roteiro que traçamos até a chegada do objeto de estudo – Mercado de São José – Recife/PE.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, a pergunta que norteou a pesquisa, como as políticas públicas de preservação do patrimônio material contribui em para a preservação, para a memória e para a valorização de um patrimônio histórico, foi respondida quando afirmou-se sobre a utilização do Programa de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste, com aplicação para fins turísticos – PCH, como também os documentos (cartas) que viabilizam o Tombamento histórico de um patrimônio material, como foi com o Mercado Público de São José - Recife-PE, pode-se destacar que um documento faz parte da história e só é história, na medida em que não consente nem no discurso absoluto, nem na singularidade absoluta. Assim, a história utilizando documentos não pode ser equívoca, e promove a preservação patrimonial.

O mais antigo edifício pré-fabricado em ferro no Brasil (Mercado de São José - Recife -PE) e seu estilo conferia status ao Recife, isso foi possível por causa dos investimentos que o Governo Pernambucano empenhou em 1875, promovendo o Edifício do Mercado, em patrimônio cultural brasileiro, que foi construído em caráter da modernidade, passando pelos conceitos de higiene e de melhorias urbanas.

Estando o presente Relatório relacionado com a linha de pesquisa sobre sociedade, patrimônio, arquitetura e memória, e tendo como Produto deste Relatório, o formato de um Roteiro Cultural, utilizando a análise iconográfica do entorno até chegar ao Mercado de São José. O estudo se teve a necessidade de enfatizar as modificações arquitetônicas, juntamente com a historiografia registrada, apontando a necessidade da conservação do Patrimônio Arquitetônico, a fim de trazer reconhecimento histórico e memória coletiva.

O recorte do objetivo de pesquisa, foi analisar as Políticas Públicas de Preservação do Patrimônio Material entre 1998-2021 do Mercado de São José em Recife/PE. O Relatório desenvolveu o desenho do estudo, cumpri os objetivos do estudo, por meio da análise documental, informações retiradas dos arquivos do IPHAN, FUNDARPE e Teóricos, que teceram sobre a historiografia do Recife, tombamento do patrimônio material e seus meios de preservação.

Baseando nos dados fornecidos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, foi criado um Roteiro que demonstrou que a preservação dos patrimônios históricos de um lugar interfere também no seu entorno. Esse Roteiro conta brevemente a história e finalidade de alguns dos elementos que compõe o entorno e o Mercado de São José, durante a visitação. A pesquisa trouxe dados *in loco*, na qual poderá investigar a percepção que os turistas e a população em geral da Cidade do Recife, possuem sobre os fatores históricos e a importância do Mercado.

Em história, quando tratamos de registros, como edificações antigas, por exemplo, que já passou por diversas reformas, precisa-se estar atento a detalhes, assim, perceber minúcias, é fundamental para entender o não-dito, ou seja, detalhes que estariam nas entrelinhas para melhor compreensão do assunto. Muito contribuiu para esse aporte metodológico o “paradigma indiciário”.

Foi utilizado conceitos desse paradigma, nas visitas *in loco* ao Mercado de São José, quando percebíamos que alguns materiais de construção são do tempo presente e, portanto, decorrente de reformas também pela análise de fotografias concedidas pelo IPHAN e pela FUNDARPE, incluindo às registradas pela Autora nos anos de 2023-2024, no afã de ter uma maior segurança de como tratar a fotografia como fonte histórica.

Dessa forma, buscou-se interpretar o registro visual das fotografias concedidas em inventário e como registradores de imagens, tivemos consciência de nossa intenção: fotografar e criar um Roteiro, do Mercado de São José-Recife/PE e seu entorno, de maneira atrativa, que despertem interesse turístico, quanto a sua identidade cultural.

## REFERÊNCIAS

ALEPE - Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco. **Decreto nº. 6239 de 1980 EMENTA: Regulamenta a Lei nº 7.970, de 18 de setembro de 1979, que institui o Tombamento de bens pelo Estado, e dá outras providências.** Recife, 1980. Disponível em: <https://www.cultura.pe.gov.br/wp-content/uploads/2013/11/Decreto-6.239-80.pdf>. Acesso em maio de 2023.

ALEPE - Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco. **Lei nº 7.970, de 18 de setembro de 1979. EMENTA: Institui o tombamento de bens pelo estado.** Recife, 1979. Disponível em: <https://www.cultura.pe.gov.br/wp-content/uploads/2014/09/Legislacao-Estadual-Material-Lei-n-7970-Decreto-n-6339.pdf>. Acesso em maio de 2023.

BRASIL. Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. **Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências.** 2000. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d355vid%C3%A2ncias](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d355vid%C3%A2ncias). Acesso em janeiro de 2023.

BRASIL. Decreto nº 7.387, de 9 de dezembro de 2010. **Institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística e dá outras providências.** 2010. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7387.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%207.387%2C%20DE%209,que%20lhe%20confere%20o%20art](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7387.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%207.387%2C%20DE%209,que%20lhe%20confere%20o%20art). Acesso em janeiro de 2023.

BISPO, M. N. Políticas públicas e o patrimônio histórico: das primeiras ações a economia da cultura. **Revista Contemporânea**, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/contemporanea/article/view/1253>. Acesso em junho de 2023.

CABRAL, R. C. **A dimensão urbana do patrimônio na Carta de Atenas de 1931. As contribuições da delegação italiana.** *Arquitextos*, São Paulo, n. 179, maio 2015.

CALABRE, L. **Políticas culturais no Brasil - dos anos 1930 ao século XXI.** Rio de Janeiro: Editora FGC, 2009.

CAMARGO, H. L. **Patrimônio histórico e cultural.** São Paulo: Aleph, 2002.

CASTRIOTA, L. B. Conservação e valores: pressupostos teóricos das políticas para o patrimônio. **Topos Revista de Arquitetura e Urbanismo**, Belo Horizonte, n. 4, 2005.

CAPUTE, B. N.; PEREIRA, H. D. L. **Paisagem cultural e legislação brasileira. In: colóquio iberoamericano paisagem cultural, patrimônio e projeto - desafios e perspectivas**, 2010. Belo Horizonte, MG. Anais Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 2010. p. 1-14.

CARCARÁ, T. A. et al. **Proteção do patrimônio cultural: o tombamento e seu entorno.** 2012. Disponível em [www.direitosculturais.com.br/download.php?id=120](http://www.direitosculturais.com.br/download.php?id=120). Acesso em janeiro de 2023.

CARCARÁ, T. A. **Proteção do patrimônio cultural: normas gerais e competência concorrente no Decreto-Lei n.º 25/1937.** 2012. Disponível em [www.direitosculturais.com.br/download.php?id=56](http://www.direitosculturais.com.br/download.php?id=56). Acesso em janeiro de 2023.

CASTRO, S. R. de. **O estado na preservação de bens culturais: o tombamento**. Rio de Janeiro: Renovar, 1991.

CAVALCANTI, M. L. V. de C.; FONSECA, M. C. L. **Patrimônio imaterial no Brasil: legislação e políticas estaduais**. Brasília: UNESCO, 2008.

CHOAY, F. **Alegoria do patrimônio**. Françoise Choay, Tradução de Luciano Vieira Machado. 5ª ed. - São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

CHARLOT, B. **Relação com o saber, formação de professores e globalização: questões para a educação hoje**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

COELHO, G. N.; VALVA, M. D'A. **Patrimônio cultural edificado**. Goiânia: Ed. Da UCG, 2001.

DANIELLI, L.; MACKMILLAN, V. M. **Mercado público: tipologias e sociabilidades do ambiente urbano**. I Simpósio Nacional de Geografia e Gestão Territorial e XXXIV Semana de Geografia da Universidade Estadual de Londrina, 2018.

DE CERTEAU, M. de. **Teoria e método no estudo das práticas cotidianas**. In: SZMRECSANYI, M. I. (org.). Cotidiano, cultura popular e planejamento urbano. São Paulo: Ed. da USP, 1985. p. 3-19.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **Publicações entre 1870-1879**. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=029033\\_05&pagfis=13527](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=029033_05&pagfis=13527). Acesso em agosto de 2022.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **Publicações de 1989**. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=029033\\_16&pagfis=0](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=029033_16&pagfis=0). Acesso em junho de 2023.

DIAS, W. C. D. **A institucionalização do patrimônio do Brasil**. Goiânia: CIAR /Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Direitos Humanos da UFG, 2014.

DURHAM, E. R. **Produzindo o passado: estratégia de construção do patrimônio cultura**. Texto II. In. ARANTES, Antônio Augusto. Brasiliense, São Paulo, 1984, pp. 23-58.

ENCICLOPÉDIA VERBO LUSO-BRASILEIRA DE CULTURA 2. Volume 8. Encadernação desconhecida – 1 janeiro 1995. Pág. 502.

FALCÃO, J. A. Política cultural e democracia: a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. In: MICELI, Sergio (Org.). Estado e cultura no Brasil São Paulo: Difel, 1984. p. 24-55.

FERREIRA, C. Folha online. **Tipos de Feiras**. 2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/turismo/americanosul/brasil-caruaru-feiras.shtml>. Acesso em abril de 2022.

FONSECA, M. C. L. **Para além da “pedra e cal”:** por uma concepção ampla de patrimônio. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (Org.). Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p.56-76.

FONSECA, M. C. L. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: UFRJ/MinC-IPHAN, 2005. 296p.

FONSECA, M. C. L. **Da modernização à participação: a política federal de preservação nos anos 70 e 80**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília, nº 24, p. 153-163, 1996.

FONSECA, M. C. L. **Referências Culturais: Base para novas políticas de patrimônio**. Políticas Sociais: acompanhamento e análise, n. 20, p. 111-120, 2012. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas\\_sociais/referencia\\_2.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/referencia_2.pdf). Acesso em maio de 2023.

FRANCA, R. **Monumentos do Recife: estátuas e bustos, igrejas e prédios, lápides, placas e inscrições históricas do Recife**. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1977. Disponível em: <https://ihgb.org.br/pesquisa/biblioteca/item/13391-monumentos-do-recife-est%C3%A1tuas-e-bustos,-igrejas-e-pr%C3%A9dios,-l%C3%A1pides,-placas-e-inscri%C3%A7%C3%B5es-hist%C3%B3ricas-do-recife-rubem-franca.html>. Acesso em junho de 2023.

FRIDMAN, F.; ARAÚJO, A. P. S.; DAIBERT, A. B. D. Políticas públicas de preservação do patrimônio histórico no Brasil. Três estudos de caso (1973-2016). **Revista Brasileira de Estudos Urbanos Regionais**, São Paulo, p.621-638, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeur/a/Z6SND5RzK7Ff84MHhpKXDwH/?lang=pt#>. Acesso em junho de 2023.

FUNARI, P. P. A.; PELEGRINI, S. C. A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006. 72p.

FUNDARPE – Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco. **A Fundarpe**. In: Portal de Cultura da cultura pernambucana. Recife, 2022. Disponível em: <https://www.cultura.pe.gov.br/pagina/fundarpe/institucional/a-fundarpe/>. Acesso em junho de 2023.

GASPAR, L. **Mercado de São José**. In: PESQUISA Escolar. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2003. Disponível em: <https://pesquisaescolar.fundaj.gov.br/pt-br/artigo/mercado-de-sao-jose-recife-pe/>. Acesso em maio de 2023.

GINZBURG, C. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 143-179.

GUILLEN, I. C. M.; GRILLO, M. Â. de F.; FARIAS, R. G. **Mercado de São José: Memória e História**. 1.ed. Recife: FADURPE, 2010.

GUILLEN, I. C. M. **Mercado de São José: contando histórias em um lugar de memória**. ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História – Fortaleza, 2009.

GUILLEN, I. C. M. **Patrimônio e história: reflexões sobre o papel do historiador**. Diálogos (Maringá. Online), v. 18, n.2, p. 637-660, mai.-ago./2014.

GONÇALVES, J. R. **Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, v.11, n.23, p.15-36, jan./jun. 2005.

HARTOG, F. **Regimes de Historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. (Coleção História e Historiografia).



- HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2004, 384 p.
- IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/821>. Acesso em dezembro de 2022.
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Política de Patrimônio Cultural Material do Iphan. 2018. Disponível em: <https://catalogo.ipea.gov.br/politica/506/politica-de-patrimonio-cultural-material-do-iphan>. Acesso em maio de 2023.
- KÖHLER, A. F. **Políticas públicas de regeneração urbana, preservação do patrimônio e lazer e turismo: padrões de intervenção pública e avaliação de resultados no Pátio de São Pedro, Recife, 1969- 2008**. Tese (doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-17042012-100252/pt-br.php>. Acesso em junho de 2023.
- KÖHLER, A. F. **Preservação patrimonial, turismo cultural e transformação da base econômica local: pioneirismos, paradoxos e retrocessos em Wigan, Inglaterra**. Turismo: Visão e Ação, v. 15, n. 2, p. 244-261, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14210/rtva.v15n2.p244-261>. Acesso em junho de 2023.
- KÜHL, B. M. **Notas sobre a Carta de Veneza. Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 287-320, dez. 2010.
- KOSSOY, B. **Fotografia & História**. São Paulo: Ateliê editorial, 2012.
- LEGISLAÇÃO ESTADUAL DE PERNAMBUCO. **Decreto nº 25.315, de 19 de março de 2003. Revogado pelo Decreto nº 30391/2007. Aprova o regulamento da fundação do patrimônio histórico e artístico de Pernambuco - FUNDARPE, e dá outras providências**. Recife, 2023. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/pe/decreto-n-25315-2003-pernambuco-aprova-o-regulamento-da-fundacao-do-patrimonio-historico-e-artistico-de-pernambuco-fundarpe-e-da-outras-providencias>. Acesso em junho de 2023.
- LE GOFF, J. **História e memória**. 7. ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2013.
- LE GOFF, J. **História e Memória**. São Paulo: Editora Unicamp, 2003.
- LE GOFF, J. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão [et al.]. Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.
- LEMOS, C. A. C. **O que é patrimônio histórico**. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- LINS, M. **Mercados do Recife**. Recife: Projeto Recife no bolso, 2007.
- MARTÍNEZ, A. M.; REY, F. G.; ROBERTO VALDÉZ PUENTES, R. V. (org). **Epistemologia qualitativa e teoria da subjetividade: discussões sobre educação e saúde**. [Recurso eletrônico] - EDUFU, 2019. 233 p.: il. (Coleção Biblioteca Psicopedagogia e Didática. Serie Ensino Desenvolvemental; v. 7).
- MATEUS, E. E. **A proteção do patrimônio cultural e o tombamento**. Leopoldianum. n. 92, p. 117-134, jan./ago. 2008.

MELO, C. A. B. C. de. **Explorando a basílica Nossa Senhora da Penha, no Recife: incursões arquitetônicas e revelações artísticas**. VIII EHA - Encontro de História da Arte – 2012. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/eha/atas/2012/Carlos%20Alberto.pdf>. Acesso em junho de 2023.

MELO, M. C. L. **A relação dos mercados públicos de São José e da Boa Vista com a cidade do Recife entre 1820 e 1875**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, UFPE, 2011.

MELLO, José Antônio Gonçalves de. **O diário de Pernambuco e a história social do nordeste (1840-1889)**. Recife: Diário de Pernambuco. Vol. II, 1975.

MONTEQUIEU, L. **O Espírito das Leis. Col. Pensadores. Vol 2**. Editora Nova Cultura, 2000.

MORAES, K. **Comerciantes apontam receio com reforma que aproximará Mercado de São José, no Centro do Recife, ao projeto original**. Jornal Digital, Jornal do Comércio – JC online, abril de 2022. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/pernambuco/2022/04/14987678-comerciantes-apontam-receio-com-reforma-que-aproximara-mercado-de-sao-jose-no-centro-do-recife-ao-projeto-original.html>. Acesso em abril de 2023.

MOTTA, L.; SILVA, M. B. R. **Inventários de identificação: um panorama da experiência brasileira**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998.

MOTTA, L.; THOMPSON, A. **Entorno de bens tombados**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2010.

NASCIMENTO, S. R. **Mercado de São José: história e cultura popular**. Recife – Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2005.

NOGUEIRA, A. G. R. **Por um Inventário dos Sentidos: Mário de Andrade e a concepção de patrimônio e inventário**. São Paulo: Hucitec: FAPESP, 2005.

NORA, P. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Tradução: Yara Aun Khoury. História e Cultura v. 10. Jul/dez. 1993.

OLIVEIRA JÚNIOR, J. V. de O. **Fluxograma do processo de planejamento arquitetônico aplicado a mercados públicos**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) – Universidade Federal da Paraíba, Paraíba. 2006.

PEREIRA, J. W. **O Tombamento: de instrumento a processo na construção de narrativas da nação**. 2009. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) - Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO / MAST, Rio de Janeiro, 2009.

PPSH - Plano de Preservação do Patrimônio Cultural do Recife. **Diagnóstico das Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Histórico Cultural | ZEPH**. Sítio Histórico de Santo Antônio e São José ZEPH-10 e 14 Volume 01 – Revisão 01 novembro | 2020. Disponível em: [https://conselhodacidade.recife.pe.gov.br/sites/default/files/2020-12/VOL%201\\_Diagn%C3%B3stico%20ZEPH-10%20e%2014\\_FINAL%20R1.pdf](https://conselhodacidade.recife.pe.gov.br/sites/default/files/2020-12/VOL%201_Diagn%C3%B3stico%20ZEPH-10%20e%2014_FINAL%20R1.pdf). Acesso em julho de 2023.

RABELLO, S. **O Estado na preservação de bens culturais: o tombamento**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009.

RIBEIRO, R. W. **Paisagem cultural e patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

SANTOS, L. T. **Mercado de São José – Recife: Novos parâmetros de uso**. Trabalho de conclusão de curso (Monografia - Arquitetura e Urbanismo) Faculdade Damas da Instrução Cristã. Recife, 2018.

SATO, L. **Processos cotidianos de organização do trabalho na feira livre**. Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil. *Psicol.Soc.* vol.19 no.spe Porto Alegre 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822007000400013](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822007000400013). Acesso em abril de 2023.

SCIFONI, S. **A construção do patrimônio natural**. São Paulo: Labur Edições, 2008.

SILVA, T. T. da (Org.), HALL, Stuart e WOODWARD, Kathryn. **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SILVA, G. G. da. **O Mercado de São José**. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1984.

SILVA, T. T. da (Org.), HALL, Stuart e WOODWARD, Kathryn. **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1993, 223 p.

SOUZA, L. M. **O Mercado, sua praça e a cultura popular do Nordeste**. Recife: CEPE, 1977.

TONDELLA, M. **Mercado Público de São José por Manoel Tondella (1861–1921)**. In: *Photographia Tondella. Mercado Público de São José, 1905*. Recife, Pernambuco / Acervo Fundaj. 2021.

SOUZA, R. P. de. **O folder turístico: descrição e análise sócio-retórica**. Maceió, 2011. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/bitstream/3%B3rica.pdf>. Acesso em julho de 2023.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Patrimônio Mundial no Brasil**. 2020. Disponível em: <https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasilia/expertise/world-heritage-brazil>. Acesso em maio de 2023.